



UDIPSS PORTALEGRE
É urgente haver uma discriminação positiva nos apoios para o interior



ELVAS
Lar Júlio Alcântara Botelho investe na modernização das instalações



URRA
Infantário aposta na qualidade do serviço para servir melhor pais e crianças

XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE PORTALEGRE

14 DE OUTUBRO, PORTALEGRE

Está a chegar o dia das IPSS

de 9 a 14
OUTUBRO | 2023

ORGANIZAÇÃO:

APOIOS:

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

Aprovado por dermatologistas

NORDHigieno
Produtor de Higienos e Têxteis

Eugénio Fonseca



Amor em ação

Prometi voltar ao discurso que o Papa Francisco proferiu, aquando da JMJ, no Centro Social Paroquial da Serafina. Desta vez para abordar um dos temas a propósito de um dos apelos que ele fez ao pedir: «*Continuai com mansidão e gentileza a deixar-vos interpelar pela realidade, com as suas pobreza antigas e novas, e a responder de forma concreta, com criatividade e coragem.*»¹. É que este pequeno trecho apela a três realidades com as quais os dirigentes e demais colaboradores de IPSS, constantemente, se confrontam: as novas formas de pobreza, a inovação e a ousadia. Nas duas últimas, estão também possibilidades de garantir a sustentabilidade das instituições, não só as de solidariedade social, mas mesmo a de outros setores do setor lucrativo. Não basta, como é costume dizer-se, “atirar dinheiro para cima dos problemas” para que eles se resolvam; muitos precisam, sem dúvida, de reforço financeiro, mas, em simultâneo, de novas intervenções estruturais para se libertarem das causas que são fatores de insustentabilidade.

Vivemos num mundo em constante mudança. Elas são cada vez maiores. De tal forma que, o atual Papa já o disse, algumas vezes, que não estamos numa época de mudanças, mas numa mudança de época. Uma nova era está a surgir, sobretudo dominada pelo avanço imparável de áreas científicas, sendo a mais complexa, pelas implicações diretas e imediatistas que tem na vida das criaturas humanas, sobretudo no relacionamento entre elas, como é tudo o que esteja relacionado com as novas tecnologias, particularmente, a do vastíssimo mundo digital.

O ser humano está dotado de inteligência para pensar e criar; de liberdade para ser capaz de escolher, com responsabilidade, o que deve fazer de melhor para si e para os outros; e de uma dimensão espiritual que o impulsiona

a transcender-se a si mesmo, procurando ir sempre mais além. Assim, a pessoa pode tornar novas as situações, os projetos, os modelos, os critérios de vida, decidir como inovar, ou seja, não só renovar, mas criar, inventar, fazer acontecer o que, até então, não existia. Há, porém, quem contrarie esta condição de ser e se acomode com argumentos como o “sempre se fez assim”, pois receiam ousar transformações, porque elas trazem alguns desconfortos, como o imprevisível, as inseguranças várias, o medo de errar, a adaptação a novos métodos, a exposição a críticas ... Mas quem, dirige ou de outra forma colabora numa IPSS, com o sentido consciente e responsável de servir os ideais de um Mundo Melhor, com mais e melhor construção de Humanidade, tem de ser um criativo. Para tal, há que ter em atenção os riscos que corre e transformá-los em possibilidades de inovação. Saliento os que me parecem mais evidentes: i) desconhecimento da realidade concreta pela preocupação excessiva da instituição se centrar em si mesma e apenas nos seus problemas. Estudos regulares da situação da comunidade envolvente, assim como toda a abertura à criação de parcerias é o caminho certo; ii) o tecnicismo que coloca as pessoas escravas das orientações técnicas uniformizadas que podem gerar o contrário do que pretendem. O critério a seguir é o bem-estar da pessoa e que as orientações técnicas, válidas nesse sentido, sejam mais polidricas na sua aplicação; iii) a competitividade interinstitucional que leva ao encobrimento das inovações alcançadas ou dos processos conseguidos. Ao contrário do que acontece na economia de mercado em que o “segredo é a alma do negócio”, na solidariedade social a partilha de boas práticas gera mais criatividade que favorece a inovação; iv) a não valorização da formação contínua porque se ensina sempre o mesmo e os colaboradores fazem falta nos seus postos de

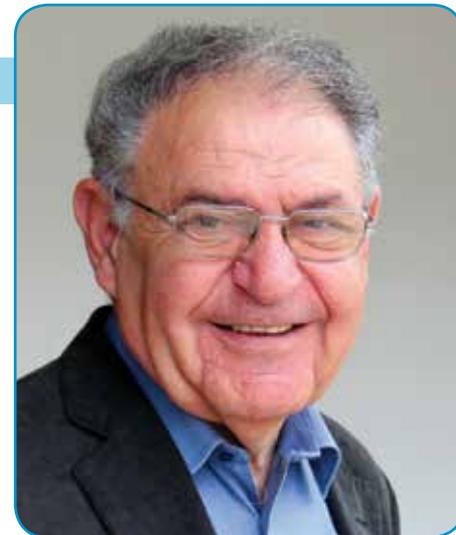
trabalho. Não só porque há uma obrigação legal de se assegurar um tempo formativo anual, mas também, o saber mais nunca é desperdício mas, sempre que as condições pessoais, profissionais e as temáticas forem favoráveis, essa mesma formação poderia ser aproveitada por dirigentes e colaboradores, criando, assim, maiores probabilidades de se conjugarem na criação de ideias novas que levassem a projetos diferentes; os sonhos megalómanos depressa se tornam em grandes pesadelos, pelo que é preciso ter muito cuidado, antes de se avançar para qualquer novo projeto. Não quero dizer que só se deva arriscar com todas as seguranças, cálculos bem medidos, certezas asseguradas. Isso não é compatível com a inovação. Mas, há que “sonhar com olhos abertos”, escutando muito, fundamentalmente, quem possa vir a ter de se envolver no novo projeto.

A solidariedade é um valor humano dinâmico, porque responde a situações concretas diferentes e vivida em sociedade, esse dinamismo torna-se inevitável, sob pena de estarmos a contribuir para a construção do Mundo em que a maior parte dos que o habitam não são capazes ou têm dificuldades em criar os seus próprios projetos de vida, ou recriá-los sempre que for necessário, porque viveram em comunidade onde pouco de novo acontecia e eram mais destinatários do que protagonistas.

Ora, as IPSS, alavancadas na sua identidade e autonomia, são das instituições, fora da esfera da área científica, que melhores condições podem ter para inovar. E na intervenção social de combinar solidariedade com criatividade. Existem evidências de situações passadas. Importa, agora, porque os desafios são maiores, demonstrar que continuaremos a ser conservadores na defesa dos valores que dignifiquem a pessoa, mas sempre criativos em tudo o que a possa tornar mais feliz.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Festa da Solidariedade com chama

1. No dia 14 de outubro, em Portalegre, haverá mais uma Festa da Solidariedade. Nos quatro dias anteriores, a partir do dia nove, a Chama da Solidariedade percorrerá os quinze concelhos daquele distrito.

Desde 2006, é a XVI Festa da Solidariedade, uma iniciativa conjunta da CNIS com as várias Uniãoes Distritais ou Regionais. As duas regiões autónomas e treze distritos já tiveram concorridas e animadas Festas da Solidariedade, ficando agora apenas 5 distritos - falta que será certamente colmatada sequencialmente nos próximos anos. Assim o queiram as respetivas Uniãoes Distritais com a CNIS. Apenas no período da pandemia, em 2020, não houve Festa da Solidariedade.

Com o percurso da Chama da Solidariedade tem-se conseguido envolver Instituições, com os seus utentes e dirigentes, e as comunidades, que, com marchas e as mais diversas expressões festivas, ficam irmanadas no ideal da solidariedade social ativa.

No convívio, nas representações, nos cânticos e nas atuações cénicas, com a Festa da Solidariedade visa-se celebrar festivamente o ideal do serviço solidário aos que mais precisam.

2. Ajudar os que mais precisam, socorrer os aflitos, sofrer com os que sofrem, chorar com os que choram (talvez mais do que rir com os que riem) é uma cultura que podemos rotular de judaico-cristã, muito assumida e vivida entre os portugueses. Quer vivam os que precisam ali mesmo, ao pé da porta, quer estejam mais distantes: quando num qualquer local avulta uma carência social, logo se multiplicam movimentos na comunidade para criar uma resposta. Abundam as iniciativas solidárias ativas perante azares, catástrofes, desgraças, infortúnios e

necessidades. Quantos são os gestos anónimos de comunhão! Quantos, sobretudo, quantas se dedicam voluntariamente a causas e a pessoas! Quão numeroso é o serviço altruísta, com total dádiva e a fazer girar a economia! Quantas são as Instituições de Solidariedade por todo este país!

Para entusiasmar jovens, nada como desfaldar bandeiras solidárias de ação social. Para movimentar uma comunidade, nada como seduzi-la para causas solidárias. E, quando o equipamento começa a sair dos alicerces, quantas ofertas anónimas se acumulam para acelerar o dia de abertura do serviço!

Por vezes apetece dizer que os melhores gestos de solidariedade vêm dos mais simples. Talvez antes se deva reconhecer que vêm daqueles que são genuinamente portugueses, que esses são dedicados, empreendedores, generosos e simples no serviço da solidariedade social.

O povo português é solidário. Tanto porque a solidariedade é um daqueles valores que mais sensibiliza, como pelas múltiplas expressões e gestos com que se vai deixando envolver ou que é capaz de conceber, alimentar, sugerir ou favorecer.

Reconheça-se que a solidariedade é uma riqueza que brota do coração português e que está na matriz cultural deste multifacetado povo. Talvez porque o povo vê e constrói a solidariedade como caminho para uma justiça que se anseia e que, algumas vezes, parece ter sido negada.

As Instituições de Solidariedade são um desses belíssimos exemplos. Certamente bem expressivo; porém, não o único.

3. Uma festa é símbolo da Unidade na diversidade, polo aglutinador de projetos, de sonhos,

de olhares e de alegrias partilhadas porque alimentadas na Esperança.

Neste ano, a Festa da Solidariedade vai ser em Portalegre, cujo distrito se localiza na sub-região e Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, o sexto maior distrito de Portugal em extensão e o menor em população (com cerca de 105.000 habitantes), que se estende entre o Alto Alentejo e o Ribatejo, distribuídos pelos diversos concelhos de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel, com muito e muito bem a ser feito através de setenta (70) Associações de Solidariedade Social, uma (1) Cáritas Diocesana, quatro (4) Casas do Povo, seis (6) Centros Sociais Paroquiais, uma (1) Cooperativa de Solidariedade Social, nove (9) Fundações de Solidariedade Social, cinco (5) Institutos de Organização Religiosa, vinte e cinco (25) Misericórdias e alguns Movimentos sócio caritativos...

Impõe-se celebrar a solidariedade na gratidão da esperança com festa. Porque todas essas Instituições de Solidariedade e movimentos, todos esses amigos, colaboradores, dirigentes e fundadores são o que de melhor há neste País. Ergueram e mantêm centros de atividades ocupacionais, centros de dia ou de noite, centros de convívio e de tempos livres, creches, cuidados continuados, infantários, lares de idosos e residenciais, serviços de apoio domiciliário e tantas outras respostas sociais e de apoio na ação social, na educação, na saúde e no desenvolvimento local! E quantas e quantos entre nós, hoje, são cidadãos mais iguais entre si e com mais esperança e melhores oportunidades nos desafios da vida porque a solidariedade foi e continua a ser usada como dom de vida para uma vida melhor...

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE AF PORTO, CNIS E MISERICÓRDIAS

O objetivo é promover o «ABC da Bola» junto das crianças e o «Walking Football» entre os mais velhos

A AF Porto, a CNIS e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) celebraram um protocolo de colaboração com o propósito de promover o «Walking Football» e o projeto «ABC da Bola».

Com este protocolo, as três entidades que querem dinamizar a prática futebolística junto dos utentes das IPSS e Misericórdias do distrito do Porto, sendo que o projeto «ABC da Bola» é direcionado às crianças que frequentam o Pré-escolar, ou seja, os petizes com idades entre os três e os cinco anos, enquanto o «Walking Football» (futebol que se joga a andar) tem como destinatários todos aqueles que têm mais de 50 anos de idade.

“Se quisermos ver uma criança feliz é dar-lhe uma bola. É importante que possamos dar bolas às nossas crianças, porque são muito atiradas para os computadores, para uma certa individualidade e para algum isolamento”, começou por dizer o padre Lino Maia, acrescentando: “Tudo o que seja promover as crianças a ver mais pessoas e a integrarem-se melhor será contribuir para a sua socialização”.

Já sobre o «Walking Football», “os mais idosos e os utentes dos nossos lares e centros de dia terão algo que os levante das cadeiras e os faça movimentar-se”, sustentou o presidente da CNIS, que sublinhou ser esta “uma forma muito bonita de lazer, atividade e convívio”.

“Com esta iniciativa estamos no bom caminho para uma melhor coesão social. Estou muito confiante com esta iniciativa”, rematou.

Também Manuel de Lemos, presidente da UMP, elogiou a iniciativa da Associação de Futebol do Porto (AFP) pelo desafio lançado e pelo protocolo assinado.

“A sociabilização das crianças e a atividade



física dos idosos preocupa e, num país onde se liga tanto ao futebol, é motivo de alegria e faz todo o sentido que seja com a Associação de Futebol do Porto darmos início a este percurso que, já soube, será alargado ao país inteiro”, argumentou Manuel de Lemos.

Já o presidente da AF Porto, José Manuel Neves, revelou que a intenção do organismo

passa por contrariar a tendência nacional de pouca prática desportiva.

“Num país que está na cauda da Europa, no que diz respeito à prática desportiva, queremos inverter esta tendência com o «Walking Football» e o «ABC da Bola». Queremos inverter a tendência para a solidão e o individualismo e ser mais solidários”.

VIOLÊNCIA FÍSICA | VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

**AS DESCULPAS
PARA O QUE LHE FEZ
SÃO UMA DATA DELAS.**

19 DE JULHO

15 DE MAIO

03 DE JUNHO

**TODOS OS DIAS ERAM DIFERENTES,
MAS NUNCA FORAM.
PONHA FIM À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.**

SMS 3060 OU LIGUE 112 OU 800 202 148

CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DA FREGUESIA DE URRÁ, PORTALEGRE

O Infantário de Urrá quer crescer mas esbarra no obstáculo do financiamento

O Centro de Bem-Estar Social da Freguesia de Urrá iniciou atividade em 1989, e fica sediada em S. Tiago, freguesia de Urrá, às portas da sede de concelho, a cidade de Portalegre.

Com resposta apenas à infância, e apesar de funcionar há 34 anos, o Infantário, como é conhecido na região, não consegue crescer mais do que as atuais 64 vagas em creche e Pré-escolar.

“O edifício onde desenvolvemos a missão não é propriedade da instituição, mas sim da Junta de Freguesia de Urrá, com quem temos um contrato de comodato. Esta é uma situação que nos dificulta muito a vida em termos de investimentos. Esta é uma luta que as Direções têm tido, em especial as duas últimas, para que o edifício seja da instituição, uma vez que isto funciona e dá trabalho a muita gente”, argumenta Élia Correia, tesoureira da Direção.

Quando iniciou atividade, a instituição acolhia apenas 20 crianças, mas “a instituição tem crescido e dá apoio não só a pais residentes na freguesia, mas também de freguesias vizinhas”, revela Élia Correia, que avança uma das mais-valias que a instituição apresenta aos pais: “Este Infantário tem uma coisa que nós pais gostamos muito, funciona das 7h00 às 19h00, o que ajuda bastante e facilita, e muito, a vida dos pais. As pessoas trabalham em fábricas e em lares, o trabalho é por turnos, pelo que tem sido uma preocupação da instituição o horário abrangente para ajudar os pais trabalhadores”.

Mas há ainda outra virtude do Infantário que cativa os progenitores.

“A instituição tem cozinha própria, o que é muito do agrado dos pais. Trabalhamos com empresas locais, que nos fornecem os alimentos, o que é uma mais-valia na qualidade do produto. Aliás, essa é uma das questões que os pais colocam logo em primeiro lugar, se a alimentação vem por alguma empresa ou se é confeccionada em cozinha própria”, sustenta Paula Martins, diretora-técnica da instituição.

A instituição tem quatro salas, três dedicadas à creche e uma ao Pré-escolar. Em creche estão 44 crianças e 20 em Pré.

Uma característica sublinhada pelas responsáveis da instituição é a fixação de crianças nas escolas da freguesia após frequentarem ali o Pré-escolar.

“Muitas das nossas crianças acabam por entrar nas escolas da freguesia, tanto na de Caia como na de Urrá, mesmo que não sejam aqui da freguesia. Há muitos casos de crianças de Portalegre que ficam aqui na escola. Esta é uma freguesia pequena, mas tem duas escolas primárias a funcionar. Isto acontece muito porque, sendo uma freguesia pequena, há um ambiente familiar que os pais gostam”, afirma Élia Correia.

Com a Creche Feliz já com dois anos de implementação, Paula Martins refere que “ainda



há crianças que não estão abrangidas e essas são crianças que não estão abrangidas pelos acordos de cooperação”, explicando que das 44 crianças em creche apenas 25 estão abrangidas pela gratuidade.

“No nosso caso, a Creche Feliz é benéfica para a instituição, porque não tínhamos acordo de cooperação para todos os meninos. Com 44 meninos e apenas 20 acordos e com uma mensalidade máxima de 150 euros, ainda que não tivesse acordo, mesmo pagando a mensalidade máxima, eram 150 euros e nada mais. Agora, chegarem 460 euros é muito melhor”, considera a diretora-técnica.

Sobre a situação financeira da instituição, a tesoureira defende que é “estável”, mas houve grandes dificuldades, que, no entanto, já foram ultrapassadas.

“Ora bem, eu já vi a conta bancária da instituição com apenas três euros! Tem que se respirar fundo, pensar muito bem e trabalhar em equipa. Depois, é preciso dizer não a muita coisa e muita vez. Gostariamos de fazer melhor por tudo e por todos, mas nem sempre conseguimos e já tivemos situações difíceis. Porém, com muito esforço e fazendo muitas contas vamos conseguindo, mas já tivemos muitos problemas, por exemplo, para pagar subsídios de Natal às funcionárias. Pedimos ajuda à autarquia, que acedeu ao nosso pedido e assim conseguimos resolver a situação. Mas tivemos que pedir e pedir... Com dificuldade, fomos sempre pagando as nossas contas, com paciência dos nossos fornecedores, porque a Segurança Social também não pagava atempadamente. Foi um período difícil que exigiu uma ginástica bastante difícil”, sublinha Élia Correia, que está de saída da Direção, que, normalmente, é composta por pais de crianças que frequentam a instituição.

“Apesar dos três euros na conta, continuámos, fizemos obras nas instalações, apesar de não serem nossas, que pagámos a prestações ao empreiteiro. Um senhor que nos ajudou imenso, porque fizemos obras sem qualquer apoio, nem tão pouco um empréstimo bancário conseguimos, porque a casa não é nossa”, reforça a tesoureira, que diz, com ar de satisfação: “Hoje, ultrapassámos essas situações todas, temos a obra paga, situações ainda por tratar, mas estamos com uma saúde financeira razoável. Está equilibrada, para que tudo possa dar certo, mas é preciso muita ginástica. Quem quer pegar numa IPSS que não tem dinheiro? Ninguém, mas estamos cá nós e outros virão”.

As obras, a que a tesoureira se refere foi para a criação de mais uma sala de creche, que foi feita reduzindo ao espaço exterior da instituição.

Tal como em outros pontos do país, com o lançamento da Creche Feliz, a procura disparou.

“Temos tido muito mais procura, mas não conseguimos receber mais. O problema é que há muito pai e mãe em casa que coloca os filhos na creche. Se pagassem mensalidade não vinham, pelo menos, para já”, afirma Paula Martins, pondo o dedo na ferida: “É injusto, porque há casais a trabalhar e, porque têm rendimentos, não conseguem vaga e outros casais desempregados ficam com as vagas pelos critérios de acesso. E nestes meios pequenos conhecemos as famílias e sabemos das suas situações e, por vezes, é complicado de gerir. Há pais que chegam aqui e dizem que pagam o que for preciso, mas o problema é que não há vaga”.

Construir um equipamento de raiz é “o sonho”, mas o grande entrave é o financiamento, porque sem a propriedade do edifício a instituição não consegue aceder à banca, como muitas outras instituições fazem.

JOÃO CARLOS LARANJO, PRESIDENTE DA UDIPSS PORTALEGRE

A desertificação do distrito coloca graves problemas às IPSS no recrutamento de pessoal



À boleia da XVI Festa da Solidariedade, deslocámo-nos a Portalegre para sentir o pulso ao Sector Social Solidário no distrito do Alto Alentejo, em mais uma etapa da Volta a Portugal da Solidariedade.

João Carlos Laranjo, presidente da UDIPSS Portalegre, releva a importância das IPSS no território, onde se afirmam como o principal empregador e o suporte do número cada vez mais crescente de pessoas idosas. A desertificação, segundo o Censos 2021, o distrito de Portalegre foi o que mais população perdeu, cerca de 15%, levanta problemas de recrutamento de pessoal às IPSS, ao que os baixos salários não ajudam a resolver.

SOLIDARIEDADE - Qual é a situação do Sector Social Solidário no distrito de Portalegre?

JOÃO CARLOS LARANJO - Este sector da Economia Social, para o distrito, é fundamental. Estamos a falar de um distrito onde a população é muito idosa, pelo que temos de ter uma atenção especial para esta situação. As instituições que temos no distrito, em muitos dos concelhos são a única entidade empregadora, pelo que temos que ter instituições

a trabalhar bem e com capacidade para dar resposta aos problemas que temos. No distrito, as IPSS são o maior empregador, mais até do que as autarquias. Basta ver os dados dos Censos, mas a quantidade de idosos que temos requer que lhes dediquemos muita atenção, não só a tutela, mas também as autarquias. Isto é uma responsabilidade do Estado que, através de acordos de cooperação, transfere para as instituições. E temos que refletir sobre a questão dos acordos de cooperação... O custo de uma cama no Interior é o mesmo que uma cama em Cascais, só que a diferença é que as reformas aqui são muito baixas, na ordem dos 300 euros, muito diferente das de Cascais! Isto reflete-se na mensalidade que pagam e no esforço que as instituições têm que fazer. As instituições não põem ninguém na rua e sei de casos em que as pessoas deixaram de pagar e são as IPSS que estão a suportar esses custos. E isto, repito, é uma responsabilidade do Estado. É necessário rever a fórmula como são calculados os valores dos acordos de cooperação, porque têm de ser diferenciados. Tem de haver uma discriminação positiva para o Interior, mas parece que toda a gente tem medo de mexer nisso!

Esta crescente perda de população no distrito, segundo o Censos de 2021 foram 15%, em que medida afeta as IPSS?

Tem consequências muito diretas. Esta desertificação do distrito deve-se à falta de desenvolvimento económico, porque, praticamente, não se instalaram aqui indústrias. A agricultura é o sustento desta economia, tirando algumas fábricas, como os casos da Delta ou da Hutchinson, mas são casos pontuais. Olhando a Portalegre, a maioria das pessoas já está aposentada, ou estão nos lares ou aposentados nos cafés, jovens não há! Isto origina que as instituições, neste momento, estão com graves problemas para arranjar pessoal para trabalhar. E, depois, há instituições que ficam longe, quase isoladas, e um funcionário ter que fazer 40 quilómetros por dia no seu carro. Depois, o valor que recebem nas instituições... Isto é outro problema de que gostava de falar, é que os trabalhadores das IPSS são mal pagos, as instituições não têm dinheiro para pagar mais, mas os funcionários são muito mal pagos para o trabalho que fazem. As pessoas fazem contas e, se ganha o ordenado mínimo e metade fica na gasolina, mais vale ficar no desemprego. As instituições que estão mais



isoladas já estão a ir buscar os trabalhadores nas próprias carrinhas. E mesmo assim é difícil. Os funcionários das instituições têm de ter formação, têm de estar sempre bem-dispostos, bem fisicamente e motivados... e não se motivam as pessoas com vinagre!

E quais são as maiores lacunas no distrito em termos de respostas sociais?

Há um problema no concelho de Portalegre que considero grave e desumano. Na cidade só há uma instituição, que é a Santa Casa da Misericórdia, com uma capacidade limitada, pelo que os idosos da cidade têm de ser todos transferidos para as freguesias rurais. Uma pessoa que viveu toda a vida na cidade, nos últimos dias de vida vai morar para um sítio estranho, onde não conhece ninguém e onde os amigos não a podem ir visitar porque não há transportes públicos é desumano. Os idosos vão para um isolamento total, o que é desumano. E isto porque a cidade de Portalegre não foi capaz de constituir uma instituição dentro da cidade para dar resposta às necessidades da população da cidade. Este é um problema grave e que tem de ser resolvido. Enquanto fui diretor da Segurança Social pus sempre este

tema em cima da mesa, mas nunca houve ninguém na cidade de Portalegre que quisesse por mãos à obra. E, como presidente da UDIPSS, hei de acabar o meu mandato quando vir aqui na cidade a primeira pedra para a construção de um lar.

A resposta de ERPI é a única ou a principal carência? De resto a cobertura é suficiente?

O que acontece no distrito de Portalegre é o que acontece no resto do país, ou seja, temos os lares, os hospitais e as casas das pessoas, mas há pessoas que estão nos hospitais, mas não podem ir para um lar porque não há vagas e também não podem ir para casa. Precisamos de Unidades de Cuidados Continuados e, no nosso distrito, as que foram feitas não foram distribuídas de forma correta para dar a resposta necessária. Foram localizadas numa zona do distrito, que tem tudo, e depois há uma outra grande zona que não tem nada! Outro problema é a saúde mental. Hoje as instituições estão a receber muita gente, e gente nova, com demências que, para além das instalações não estarem preparadas para essas pessoas, não há funcionários preparados para as

receber e é uma situação que cria instabilidade total no seio das instituições. A saúde mental em Portugal não existe.

Como é a relação com as IPSS associadas e quais as principais solicitações que elas fazem à UDIPSS?

É um tema que vai demorar algum tempo a mudar, mas penso que as instituições vão ter que dar um salto no sentido de perceberem o que é a solidariedade entre elas. O que está em causa é a qualidade dos serviços que são prestados e o que todos querem é dar mais qualidade aos serviços. Temos que, tendencialmente, adaptar as nossas instituições aos novos utentes que vão ter no futuro, porque as necessidades serão, certamente, diferentes. O amanhã é hoje, por isso temos que começar já. E para que isso aconteça, as instituições têm de partilhar, não podem todas fazer o mesmo. É preciso saber o que é que cada uma faz e, em conjunto, reunir as melhores condições para dar resposta às pessoas. E as instituições não estão preparadas para esse associativismo e esta relação que existe entre elas é a que existe com a UDIPSS. A primeira coisa que nos interessa é o estado da arte, ou seja, o que é que se passa nas instituições para podermos junto da CNIS dar nota e esta junto da tutela ter os dados necessários para negociar. O apoio jurídico para as questões laborais são as maiores solicitações das associadas à UDIPSS. A questão laboral é fundamental. As instituições têm conflitos laborais quase todos os dias e, como a UDIPSS tem apoio jurídico gratuito, as instituições recorrem muito a nós. Esta é uma forma de ajudarmos as instituições e também uma forma de angariarmos novas associadas.

As autarquias do distrito são verdadeiras parceiras das IPSS?

Posso dizer que, grosso modo, são, mas cada uma colabora consoante a sua realidade. A situação financeira das autarquias também não é nada do outro mundo, mas para estas instituições qualquer coisa já é muito. Há autarquias que ajudam monetariamente ou em transportes ou trabalhos, há outras que só ajudam se solicitado e há outras que não têm condições para ajudar. Do que conheço, os presidentes das câmaras estão disponíveis para ajudar, mas muitas vezes não conseguem, porque não têm disponibilidade. No entanto, repito, isto é uma responsabilidade do Estado e não das autarquias, mas o Estado não se chega à frente. Sei de uma instituição em que o Estado era o gestor e sabia que cada utente custava 1.200 euros. Pois, o Estado estava a negociar a transferência da gestão para uma IPSS, mas a negociar a 700 euros. Ou seja, a saber que havia ali 500 euros perdidos... Chegaram aos 900 euros, mas o que aconteceu, independentemente da boa ou má gestão, foi a situação acabar mal, ou seja, levou ao encerramento das duas instituições. O Estado quando é para ele arranja dinheiro, quando é para as instituições dá algo e espera que as instituições se desenrasquem. Enquanto tivermos esta mentalidade de caridade, que é o Estado que promove, não chegamos a lado nenhum.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

LAR JÚLIO ALCÂNTARA BOTELHO, ELVAS

Requalificação e ampliação das instalações alarga capacidade e permitirá acolher mulheres e casais

Criado em 1906, por vontade testamentária de Júlio Alcântara Botelho, o, então, Albergue Elvense dos Inválidos do Trabalho, hoje Lar Júlio Alcântara Botelho, em Elvas, tem desenvolvido a sua missão de apoio aos idosos num edifício também ele centenário, mas que finalmente está a ser alvo de uma intervenção estrutural.

Criar melhores condições para os utentes e adequar o edifício às exigências legislativas são os dois grandes objetivos da obra em curso.

“Ao longo de muitos anos, as instalações têm sofrido alguns melhoramentos, uma coisa aqui e outra ali, intervenções que nunca foram estruturais. O edifício remonta a 1906, tendo sido adaptado aos poucos, mas nunca foi aquilo que tinha de ser. Hoje, as condições têm de ser as melhores e têm de ser de topo como se estivessemos num hotel. E foi isso que fez a instituição avançar para esta obra”, começa por revelar Paulo Pires, diretor-técnico do Lar Júlio Alcântara Botelho, acrescentando: “Estamos a reestruturar toda a instituição, que, assim, vai ficar com excelentes condições”.

Inicialmente orçada em cerca de 900 mil euros, e com o apoio do PDR 2020, “após uma reestruturação financeira, a obra vai ficar, contas finais, em mais de um milhão de euros”.

“Este é um projeto que vem de 2012 e, desde então, houve diversas alterações à legislação, em termos de reabilitação urbana, o que nos obrigou a alterar o projeto e materiais, que hoje custam o dobro. Daí, o valor total da obra estar um pouco acima de um milhão de euros”, explica Paulo Pires, que revela quais as fontes de financiamento encontradas para suportar a requalificação e ampliação do edifício, sito no centro da cidade de Elvas: “Recorremos à banca e, por isso, adotámos o sistema de venda do património para saldarmos as dívidas e estabilizar as contas da instituição. É isso que temos vindo a fazer e, até à data, nunca tivemos problemas”.

“Quando começámos o juro era de 0, agora já está acima dos 5%... Isso obriga-nos a um esforço maior”, afirma Fernando Pereira, elemento da Direção, ao que o diretor-técnico acrescenta: “É um esforço financeiro que temos de fazer e todo o capital que vem das rendas das casas vai para esse fim, senão tínhamos um saldo final das contas negativo em alguns milhares de euros”.

Para além de Júlio Alcântara Botelho, que deixou uma grande fortuna à instituição, também foram aparecendo outros «homens bons» de Elvas que foram doando alguns imóveis à instituição, “que, diga-se, hoje são mais um problema do que uma mais-valia



para a instituição”, sustenta Paulo Pires, esclarecendo: “Temos pouco mais de 90 imóveis e estão quase todos arrendados, mas em termos de manutenção os gastos são brutais e as rendas são muito baixas. Por isso, hoje dão mais prejuízo do que lucro à instituição. A política que a Direção tem seguido, e bem, é, à medida que vão ficando devolutos, vender e injetar o capital diretamente naquilo que é a nossa função, ou seja, dar apoio aos idosos. Nós não olhamos tanto ao dinheiro, mas mais às pessoas, porque temos um legado a preservar e a continuar que é ajudar as pessoas”.

Ainda assim, sem folgas, a instituição tem uma situação financeira estável e controlada.

“Neste momento, a situação financeira é estável. Não é a melhor que poderíamos ter, é estável, mas com muitas dificuldades, sem folga. Não podemos fugir muito do que já fazemos, porque é sempre no limite, sempre na red line”, lamenta o diretor-técnico,

sublinhando: “Atualmente, cobramos apenas os 80% da reforma do utente e não cobramos participação familiar, pelo menos, para já. Quando o edifício estiver pronto, alguns terão de pagar”.

Com uma equipa de 50 funcionários, o Lar Júlio Alcântara Botelho, antes das obras tinha capacidade para 78 utentes.

“Por causa da obra de remodelação e ampliação da instituição, reduzimos a lotação para os atuais 62, mas ficaremos com uma capacidade de 81 camas, com acordo de cooperação para 78”, revela Paulo Pires.

A intervenção no edifício vai trazer uma outra grande mudança à instituição, como explica o diretor-técnico: “Neste momento, temos uma vasta lista de espera, mas com esta intervenção o paradigma da instituição vai mudar por completo. Já há uns anos fizemos uma alteração aos estatutos da instituição, porque os anteriores só previam idosos do sexo masculino e ainda é o que temos, porque



havia uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Elvas, em que esta recebia as mulheres e o Lar os homens. Os tempos são outros e a longevidade das mulheres maior do que as dos homens, daí também a nossa média de vagas ocupadas baixar, porque os homens vivem menos. A partir de agora o paradigma vai mudar e vamos ter quartos para casais, quartos para senhoras e quartos para homens”.

Sempre situada no centro da cidade de Elvas, no seu início, ainda como Albergue, a instituição funcionava num outro local, perto do atual.

“Segundo parece, este edifício era igual a todos os outros que existem aqui na rua, ou seja, eram várias casas que foram demolidas para ser construído o edifício onde estamos atualmente”, conta Paulo Pires, que é de opinião que é uma mais-valia para o Lar estar situado no casco urbano da cidade.

“Se me disserem que, tecnicamente, era mais vantajoso estar num outro local, com melhor acessibilidade e melhores condições, acho que sim. Agora, enquanto diretor-técnico do Lar, sentindo a instituição todos os dias e como ela funciona, digo que é muito importante a instituição estar no meio da cidade. É que a integração dos utentes com a comunidade é tremenda e muito salutar para eles”.

Refira-se que, no tempo de Albergue, este

funcionava apenas com os albergados.

“Enquanto Abrigo Elvense dos Inválidos do Trabalho (AEIT), e que basicamente acolhia pessoas que vinham do trabalho rural, não tinha funcionários, eram os próprios utentes que cozinhavam, limpavam, etc.. A instituição tinha ainda um rebanho de ovelhas que, entre eles, iam levando as ovelhas a pastar junto à muralha do castelo”, conta Paulo Pires, brincando, mesmo, com a situação: “Eles eram praticamente muçulmanos, pois só comiam carne de ovelha, que era o que tinham, mas as pessoas de Elvas faziam muitas doações de azeite, carne, legumes, etc.”.

Com o enorme projeto de requalificação e ampliação das instalações do Lar em marcha, os responsáveis pela instituição têm outros em mente que esperam pôr no terreno em breve.

“Estamos a tentar desenvolver, com uma empresa a nível nacional, um software de gestão para a instituição que se consiga adequar a cada realidade que aqui temos. Vamos, em breve, começar a trabalhar nisso. E vamos estabelecer uma parceria com uma empresa que pode ajudar a instituição em termos financeiros”, revela Paulo Pires.

Já quanto a dificuldades na prossecução da missão, os custos e o pouco apoio do Estado surgem à cabeça.

“Hoje em dia, e cada vez mais, as

exigências que nos são colocadas e as dificuldades financeiras que vão surgindo, por exemplo, com o aumento abrupto do preço dos produtos, são os grandes problemas que enfrentamos. Temos também alguma dificuldade em recrutar pessoal, mas isso é um problema geral em todas as áreas de atividade. Mas nestas áreas ainda é mais difícil”, sustenta o diretor-técnico, ao que Fernando Pereira acrescenta: “O Estado que é a entidade que, em primeiro lugar, devia tomar conta das pessoas a partir de uma certa idade, devia ajudar mais materialmente para podermos fazer o serviço que eles prometem e que gostam que as instituições façam. Mas quando chega a hora, a contribuição do Estado é muito baixa. Por isso é que as nossas contas andam no limite, porque não podemos tratar mal as pessoas que acolhemos. A única ajuda que temos é um apoio da Câmara para o suplemento daquilo que a Segurança Social não paga dos remédios, porque o rendimento dos nossos utentes é muito baixo. Agora, a Segurança Social podia e devia participar mais e melhor para nós também prestarmos melhores serviços. E quem diz esta, diz todas as instituições. Até porque somos obrigados a ter um rácio de pessoal muito alto. Neste momento, temos 50 funcionários para 62 utentes”.

Momentos difíceis para todas as IPSS aconteceram com a pandemia de Covid-19.

“Dadas as condições que tínhamos e as circunstâncias que vivemos, correu bastante bem. Tivemos um surto já depois de toda a gente estar vacinada, quando a pandemia estava a entrar na fase de alívio. As coisas correram bem, mas foram dias muito difíceis. Trabalhávamos de segunda-feira a domingo durante quase dois anos. Correu bem, mas foi um investimento muito grande em termos de EPI (Equipamento de Proteção Individual), uma rubrica que, no primeiro ano, representou logo um acréscimo de 60 mil euros ao que era o orçamento da instituição. No entanto, o que conta é o resultado final e esse é positivo, logo porque não houve falecimentos”, afirma, satisfeito, Paulo Pires, que destaca ainda uma aprendizagem que a pandemia proporcionou e que tem reflexos diretos na intervenção que decorre nas instalações.

“Ensinou-nos a tempo de fazermos mais um melhoramento no projeto de remodelação. Com a realidade vivida durante a Covid, repensámos os quartos que, agora, têm a capacidade para funcionar em isolamento ou não. Sem a pandemia, nem pensávamos nisso”, argumenta.

E como seria Elvas sem o Lar Júlio Alcântara Botelho?

“O Lar sempre foi uma instituição de referência no concelho de Elvas e que apoia sempre que é preciso. Na crise de 2008, fizemos uma parceria com a Câmara Municipal de Elvas em que servíamos 600 refeições diárias em cantina. Hoje temos os cabazes sociais e ainda temos a cantina social que serve 35 refeições diárias”, sustenta Paulo Pires.

No momento, a instituição acolhe 62 idosos em ERPI e presta apoio a 42 utentes através do SAD.

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

Desconto imediato na compra de medicamentos comparticipados

Os beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (CSI) têm um desconto imediato de 50% na compra dos medicamentos comparticipados. “Com esta alteração, introduzida no âmbito do programa SIMPLEX, os beneficiários deste apoio ficam automaticamente dispensados do pagamento de 50% da parcela não comparticipada no preço dos medicamentos”, refere um comunicado conjunto das áreas governativas da Digitalização e Modernização Administrativa, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e da Saúde.

Até agora este desconto era feito através de um pedido de reembolso.

A partir de fins de setembro, os utentes deixam de ter de apresentar a fatura de aquisição dos medicamentos no centro de saúde, de requerer os Benefícios Adicionais de Saúde (desconto de 50% na parcela do preço não comparticipada pelo Estado), e de aguardar pelo processamento e pagamento do reembolso, juntamente com a pensão e o CSI.

A medida está em vigor em Portugal continental e resulta da aplicação de procedimentos eletrónicos



que permitem que todas as pessoas abrangidas tenham acesso imediato e automático ao benefício.

Além do apoio nos medicamentos, cuja atribuição passa a ser automática no ato da compra, os beneficiários do CSI continuam a ter direito ao reembolso das despesas que tenham com a aquisição de óculos e lentes (75% da despesa, até ao limite de 100 euros, de dois em dois anos) e com

a aquisição de próteses dentárias removíveis (75% da despesa, até ao limite de 250e e, de três em três anos).

Estes beneficiários podem ainda aceder, de forma gratuita, às consultas de dentista/estomatologista, através do cheque-dentista, entre uma lista de profissionais de saúde oral disponível no centro de saúde.

innovatiOntrail

F3M · feel the difference / 2023

CIBERSEGURANÇA

DIGITALIZAÇÃO

DESMATERIALIZAÇÃO

INOVAÇÃO

FUNCHAL
12 OUT

COIMBRA
26 OUT

ÉVORA
8 NOV

GUARDA
29 NOV

PORTO
13 DEZ

✓ INSCREVA-SE EM
www.f3m.pt

**INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.**

SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS
ESPECÍFICAS PARA
O SETOR SOCIAL
E UNIDADES DE
SAÚDE

CONSULTORIA
ESPECIALIZADA

EM CIBERSEGURANÇA E
REGIME JURÍDICO DA
SEGURANÇA DO CIBERESPAÇO

CENTROS DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Federações acusam Ministério da Educação de falta de estratégia e falta de apoios

Quatro federações que apoiam pessoas com deficiência intelectual, paralisia cerebral e autismo acusam o Ministério da Educação de reiterada insuficiência de apoios à escola inclusiva, que se traduz num parco financiamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).

As entidades em causa são: a Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (FAPPC), a Federação Portuguesa de Autismo (FPDA), a HUMANITAS (Federação Portuguesa para a Deficiência Mental) e a União dos Centros de Recuperação Infantil do Distrito de Santarém (Unicrisano).

Em comunicado, referem que os CRI são equipas formadas por técnicos subsidiados pelo Ministério da Educação para “apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão”.

“O reforço de 25% que o Ministério da Educação deu a conhecer destinar-se-á, quase na sua totalidade, a financiar novas equipas de CRI que já eram acreditadas, mas não eram ainda financiadas”, lê-se ainda no comunicado em que alertam que “o aumento residual preconizado para todas as outras equipas (que já eram financiadas), nem sequer vai permitir-lhes aumentar o número de horas de apoio nas escolas (...) porque ‘só’ os aumentos salariais dos técnicos vão absorver, na sua totalidade, muito mais do que este valor”.

Em resposta, o ministério venceu que a Resolução do Conselho de Ministros publicada no Diário da República em 21 de agosto, “autorizou a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a realizar a despesa relativa aos apoios financeiros aos Centros de Recursos para a Inclusão, decorrentes da celebração de contratos de cooperação para o ano letivo de 2023/2024, até ao montante global de 13 112 500,00Euro, o que corresponde a um aumento de 25%”.



Lembrando que o “valor não era atualizado há vários anos”, o Governo argumenta que permitirá “uma resposta mais robusta no apoio aos alunos com necessidades educativas específicas, permitindo ainda alargar o apoio financeiro a nove novas entidades que se encontram acreditadas há alguns anos, totalizando agora 98 entidades a financiar”.

Este reforço financeiro, prossegue a resposta, foi acordado com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Mutualidades, Misericórdias e Confederação Cooperativa Portuguesa e permitiu “a definição conjunta de um modelo de financiamento que corrija uma grande variabilidade detetada entre Centros de Recursos”.

Por seu lado, as federações contrapõem vincando que “a situação genérica tem vindo a piorar e, por tal, tem vindo a ser cada vez maior o número de alunos com deficiência que nas escolas procuram estes [nossos] serviços e ficam sem a adequada resposta”.

Acusando o ME de “falta de estratégia”,

ênfaticam que as respostas da tutela são “apenas de ano a ano”, continuando, à data de hoje, “as entidades responsáveis pelas equipas CRI sem qualquer informação do financiamento concreto que irão dispor”.

Assinalam ainda que esta situação “gera a grande instabilidade das equipas (provocada por contratos anuais que impedem a sua maturidade técnica e que prejudicam fortemente a qualidade do serviço prestado), acusando ainda a tutela de, assim, “fomentar o trabalho precário, não obstante a agenda de Trabalho Digno da qual o atual Governo tanto se orgulha”.

Para as federações, a prova de que a Escola Inclusiva não funciona como o desejado é “o número elevado de pedidos efetuados por familiares de alunos com deficiência para transitarem durante a escolaridade obrigatória para as Instituições de Ensino Especial. Estima-se (...) um aumento de 50% nos pedidos de encaminhamento da escola regular para as Escolas Especiais de associadas destas federações”.

POBREZA EM PORTUGAL

Os riscos da pobreza entre as crianças e os jovens

O aumento da pobreza entre as crianças e os jovens poderá “acentuar o caráter estrutural da pobreza” em Portugal e marcar vincadamente” as oportunidades e a qualidade de vida que terão, segundo um estudo divulgado.

“Enquanto até ao início do presente século a população mais idosa era aquela que se confrontava com uma maior exposição à situação de pobreza, nos últimos anos verificou-se um forte acentuar da pobreza das crianças e dos jovens, com índices de pobreza superiores aos da população idosa e mesmo do conjunto da população”, lê-se no relatório de “Um Índice de Justiça Intergeracional para Portugal”, coordenado pelo professor catedrático

Paulo Trigo Pereira.

Os investigadores observam que esta mutação no perfil etário da população pobre, traduzido por uma maior incidência da pobreza nas crianças poderá, se não for contrariada, “acentuar o caráter estrutural da pobreza em Portugal e marcar de forma vinculada as oportunidades e a qualidade de vida que as crianças de hoje terão ao longo da sua vida”.

“Em Portugal, bem como na generalidade dos países da União Europeia, assistiu-se nas últimas décadas a uma transformação significativa do perfil da população pobre”, observam os autores do trabalho, apresentado na Fundação Calouste

Gulbenkian.

No documento, assinala-se que em Portugal houve recessões em 1993, 2003, 2009, 2011-2013 e 2020, com reflexos nas taxas de desemprego, rendimentos e emigração.

No que toca à precariedade laboral, na década de 2010 houve uma tendência de aumento significativo da proporção de jovens com contratos a termo (35% em 2010), atingindo mais de metade dos contratos nos anos anteriores à pandemia (2016 a 2019). “Se compararmos com os jovens europeus, vemos que não só na Europa esta proporção é muito menor (ronda os 20%) como não aumentou ao longo da mesma década”, lê-se no documento.

FERMELINDA CARVALHO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE, E A FESTA DA SOLIDARIEDADE 2023

É um evento importante para o concelho e as nossas IPSS vão sentir-se valorizadas

Depois de Viana do Castelo em 2022, a 16ª edição da Festa da Solidariedade desce no mapa de Portugal até ao Alto Alentejo e, no próximo dia 14, assenta arraiais em Portalegre.

“Ficamos gratos por se lembrarem de Portalegre e faz todo o sentido, até porque já aconteceu em quase todas as capitais de distrito”, considera Fermelinda Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Portalegre, relevando a importância do evento para o concelho que lidera.

“É importante para o concelho, mas também para as nossas IPSS, que vão sentir-se valorizadas, e também para as IPSS a nível nacional. Sendo um evento nacional, é importante para Portalegre”, afirma, acrescentando: “Estas regiões acolhem sempre muito bem estes eventos. Quando nos batem à porta a dizer que querem realizar um evento desta natureza, nós dizemos que sim e estamos cá para apoiar. Temos muitas IPSS, que fazem um trabalho muito importante, portanto, é importante para nós e estou certa que vai trazer muita gente”.

Com uma forte ligação ao Sector Social Solidário, pois integra os órgãos sociais de três IPSS, duas no concelho de Portalegre e uma outra em Arroches, onde já foi edil, Fermelinda Carvalho chamou a si o pelouro da Ação Social, pela “grande ligação” e conhecimento que tenho do sector.

SOLIDARIEDADE - Foi essa ligação às IPSS que a fizeram chamar a si o pelouro da Ação Social?

Fermelinda Carvalho - É um pelouro importante, somos uma equipa pequenina e temos que dividir os pelouros. Sendo os meus vereadores mais inexperientes nestas funções de autarca, porque ainda não as tinham tido, e como estávamos a assumir uma série de competências, achei que deveria ser eu a ficar com esse pelouro, até porque tenho esta grande ligação às IPSS, conheço o terreno e tenho alguma sensibilidade para a questão dos idosos.

E que retrato traça do Sector Social Solidário no concelho de Portalegre?

Temos várias IPSS e temo-las em todas as freguesias, que fazem um trabalho extraordinário e fundamental, tanto na sede de concelho como nas freguesias rurais. Hoje em dia, as IPSS vivem com muitas dificuldades, os tempos são difíceis para elas, com tudo aquilo que uma IPSS precisa, seja alimentação, energia e outros, os preços estão em montantes muito elevados e, por seu turno, o Ministério da Segurança Social não tem adequado e aumentado as participações às IPSS. Depois, as reformas também não têm aumentado muito, portanto as IPSS também não podem subir muito o preço que cobram aos utentes. Por isso, vivem com muitas dificuldades. Fazem um trabalho extraordinário, todas fazem o que podem, dirigidas por pessoas voluntárias, o que é de louvar.

Quais as questões sociais que mais a preocupam no concelho?



Sinto muito a questão dos idosos, porque eles têm mais dificuldade em se defender e em procurar ajuda. Quantas e quantas vezes, há idosos que estão nas instituições, mas fazem um esforço enorme para poder lá estar. Também me preocupam todas as pessoas que não têm saúde e não podem trabalhar. Hoje, em Portalegre, uma pessoa que esteja na sua fase de vida ativa e quiser trabalhar, trabalha. Há muita falta de mão-de-obra. Não pode escolher o trabalho, mas isso acontece a todos e, por vezes, temos que fazer outras coisas para chegar ao que queremos. Arriscava-me a dizer que, hoje, em Portalegre, todas as pessoas que queiram trabalhar e tenham saúde, podem fazê-lo. Não há, praticamente, desemprego em Portalegre. Há é muita falta de mão-de-obra em determinados sectores. E preocupa-me quem, por falta de saúde ou alguma deficiência, viva com poucos rendimentos. E, claro, que me preocupam as crianças, se não tiverem suporte familiar.

O distrito de Portalegre, segundo os Censos 2021, foi o distrito que mais população perdeu. Provavelmente, o concelho de Portalegre não é dos mais afetados, mas seguramente também terá perdido população. Apesar desta realidade, qual a situação da Creche Feliz aqui no concelho? Também há falta de lugares em creche, à semelhança do resto do país?

As vagas que temos em creche não sobram. Há muita procura e, por vezes, os pais não conseguem colocar os filhos onde querem. O que tenho sabido é que, mais ou menos, vai-se conseguindo encontrar resposta. Nestes territórios também nos deslocamos fácil e rapidamente a uma localidade a cinco, seis quilómetros. Depois, falamos em creche grátis, mas a gratuidade não é para todos. Não é para todas as pessoas, nem para todos os rendimentos. Quero crer que quem precisa de ser ajudado deve ser ajudado...

Mas não é pela falta de creches que a população não crescerá?

Não. Nesse aspeto não.

Como é a relação da autarquia com as IPSS?

É ótima, ainda hoje aqui recebi o presidente de uma instituição. É uma relação muito boa e como

já percebi tenho um grande carinho pelas IPSS. Aliás, implementei uma medida, quando aqui cheguei, através da qual, quando uma IPSS fizer obra, a Câmara apoia no financiamento. Ainda não é o apoio que gostaria, mas à cabeça há um apoio de 20 mil euros para ajuda nas obras. E ajudamos noutras questões, ajudamos no desbloqueamento de procedimentos, nos projetos técnicos, etc.. Damos todo um apoio técnico às IPSS, que também é importante, não é apenas o dinheiro que é importante.

E as IPSS são um bom parceiro do Município na promoção da coesão social do concelho?

Sim. É importante que as pessoas idosas, as crianças e as famílias tenham uma resposta na freguesia onde vivem e tem sido assim. Não podemos ter respostas só na sede de concelho, por isso essa coesão tem que existir e temos IPSS em todas as freguesias. De facto, as IPSS ajudam-nos muitíssimo a conseguir essa coesão.

Deixe uma mensagem aos portalegrenses e não só para que venham à Festa da Solidariedade a Portalegre.

Todas as pessoas deviam participar. Muitas vezes, o comum do cidadão, que anda atarefado com a sua vida, não se apercebe do trabalho que as IPSS desenvolvem. Isto acontece porque ou já não têm filhos menores e já não precisa da creche ou porque não precisa de um lar para um familiar idoso, e depois não valorizam o trabalho que está por detrás destas instituições. E quando essas entidades acolhem as nossas crianças e os nossos idosos, as pessoas apercebem-se do trabalho maravilhoso que é feito nas instituições. Estas instituições substituem a família. É importante que a sociedade em geral se aperceba da gratidão que devemos às IPSS e reconheça e valorize o trabalho que lá é feito. É preciso divulgar mais o bom trabalho que as instituições fazem. As pessoas têm de reconhecer, devem-se envolver e quem sabe, por isso temos que divulgar este evento, para que a comunidade perceba que devem também servir. Pertencer aos órgãos sociais de uma IPSS é uma missão em prol da comunidade.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTO)

XVI FESTA DA SOLIDARIEDADE

Todos são bem-vindos a Portalegre para celebrar o espírito solidário das IPSS

Portalegre recebe, no próximo dia 14 de outubro, a XVI Festa da Solidariedade, que transformará o Jardim da Avenida da Liberdade num verdadeiro salão de festas dedicado à solidariedade.

Tendo já percorrido quase todos o distrito de Portugal, em 2023, Portalegre receberá nos seus 15 concelhos o espírito solidário da Chama da Solidariedade, na esperança de que as IPSS do distrito se conheçam e se deem a conhecer melhor.

“Quando demonstrei o desejo de que a Festa da Solidariedade viesse para Portalegre fi-lo por dois motivos: as instituições precisavam de levar um abanão e de perceber que a UDIPSS está com elas; e, em segundo, porque acho que é preciso transmitir a palavra solidariedade às crianças e à população em geral do distrito, para que todos percebam o que se faz nestas casas”, começa por dizer, ao SOLIDARIEDADE, João Carlos Laranjo, presidente da União Distrital portalegrense, sublinhando: “As pessoas só sabem o que se passa nas IPSS quando a necessidade lhes bate à porta. O distrito e o Interior estão ao abandono e esta é uma forma de sermos ouvidos, mesmo que seja pouco, pelo menos tentamos”.

Este é o espírito que tem movido a UDIPSS Portalegre.

“Vamos fazer a Festa aqui, estamos a trabalhar para termos um evento com toda a dignidade, porque as instituições merecem toda a dignidade e a palavra solidariedade não é para brincar. Como a palavra solidariedade é forte, tem de ser tratada com dignidade e, por isso, estamos a dar o nosso melhor para que, entre os dias 9 e 14 de outubro, seja uma semana de festa e de alegria, mas sobretudo que as pessoas, no final, vão para casa cientes de que temos de ser solidários uns com os outros. O país está a passar por momentos muito difíceis. Há muita gente que quer esconder, outros querem fingir que não existem problemas, mas existem problemas graves que as instituições vão atenuando a troco de nada. Muitas refeições são servidas pelas instituições gratuitamente, porque há muita pobreza escondida! E, por isso, temos todos de ajudar. E é por tudo isto que a Direção da UDIPSS achou que era importante trazer a Festa da Solidariedade para Portalegre”.

Por isso, na programação do evento, a passagem por todos os concelhos do distrito foi uma prioridade, estando agendadas visitas aos 15 concelhos.

Sobre a adesão do Municípios à iniciativa, João Carlos Laranjo revela que “foi total”.

“Assim que estabelecemos as datas, fizemos um cronograma para podermos visitar os 15 concelhos, o que não é fácil e vai ser uma correria, mas quisemos ir a todos. Das reuniões que tive com todos os presidentes de Câmara a adesão foi total e já fizemos uma reunião na cidade de Portalegre, para a qual foram convocadas todas as 111 instituições do distrito, associadas e não associadas. Estiveram presentes cerca de 20%! Costumo dizer na brincadeira que se fosse para dar dinheiro tinha a casa cheia, mas como era para conversar... São as dificuldades de associativismo que as IPSS têm. Entretanto, houve uma reunião, convocada pela autarquia de Ponte de Sor, e aí a conversa foi diferente, tendo comparecido as instituições todas do concelho. O formato é este, entre as Câmaras, as IPSS e a UDIPSS vai desenhar-se o modelo da festa em cada concelho, sem imposições de espécie alguma”, revela o presidente da UDIPSS Portalegre.

No dia 14, a Festa da Solidariedade arranca com a chegada ao Jardim da Avenida da Liberdade, bem no centro de Portalegre, seguindo-se o habitual momento institucional, com os discursos da praxe, seguindo-se a atuação de alguns grupos musicais, mas não só...

“A Festa vai decorrer no Jardim da Avenida da Liberdade, que é simpático e agradável. Ainda temos que avaliar se vêm alguns grupos de fora para atuar, mas do distrito estamos a pensar trazer um rancho, alguns grupos musicais e também grupo que há em certas instituições, como as Universidades Sénior, que costumam ter grupos corais, para animar as hostes. Depois, haverá uma zona de stands, onde cada concelho terá o seu espaço e as instituições podem mostrar o que fazem dentro de portas. Quem se deslocar a Portalegre por altura da Festa pode matar o tempo visitando alguns dos bons museus que existem na cidade. Os visitantes podem ir à Casa de José Régio, à Fábrica das Tapeçarias, ao Museu Municipal ou à Sé Catedral. Vamos tentar trazer



o máximo de idosos que pudermos, porque estes são sempre momentos diferentes no seu dia-a-dia e o convívio é algo que lhes faz muito bem, mas também vamos instalar equipamentos para as crianças se divertirem, como jogos e insufláveis”, adianta João Carlos Laranjo, que ainda tem o desejo de que a chegada da Chama da Solidariedade ao recinto da Festa seja escoltada pela Fanfarras dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, um grupo de motards e um outro de equitação.

“Os cavalos dão sempre um ar imponente às cerimónias”, refere João Carlos Laranjo, que deixa um convite a todos: “A solidariedade é o que pode e deve fazer as pessoas virem a Portalegre. Associem-se para fazermos uma espécie de introspeção e meditarmos. Depois, esta é uma região que deve ser visitada, pelo que venham, pois estamos a fazer tudo para que possam ter uma boa estadia. Venham que os receberemos de braços abertos e todos são bem-vindos”.

PROGRAMA

Dia 9/10/2023

10h00 – Sousel – Chegada – Praça do Município
15h00 – Avis – Chegada – Largo do Convento
18h00 – Ponte de Sor – Chegada – Cine Teatro Ponte de Sor

Dia 10/10/2023

10h00 – Fronteira – Praça do Município
15h00 – Alter do Chão – Chegada Largo Barreto Caldeira
18h00 – Monforte – Chegada – Praça da República

Dia 11/10/2023

10h00 – Elvas – Chegada Praça da República
15h00 – Campo Maior – Chegada – Av. da Liberdade, junto à estátua do Comendador Rui Nabeiro

18h00 – Arronches – Chegada – Praça da República, frente aos Paços do Concelho

Dia 12/10/23

10h00 – Gavião – Chegada Casa do Povo de Gavião
15h00 – Nisa – Chegada Praça do Município
18h00 – Crato – Chegada Praça do Município

Dia 13/10/2023

10h00 – Marvão – Chegada Largo de Santa Maria
15h00 – Castelo de Vide – Chegada Paços do Concelho
18h00 – Portalegre – Chegada Paços do Concelho

Dia 14/10/2023

14h30 – Festa da Solidariedade
Chegada da Chama Solidária -
Jardim Avenida da Liberdade - Portalegre

PAULO PEDROSO*Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE*

A intergeracionalidade e o idadismo

Outubro começa com o dia internacional das pessoas idosas, instituído pela ONU em 1990, através da resolução 45/106. O dia 1 de outubro passou a partir dessa data a simbolizar a nível mundial o reconhecimento de que os idosos são um recurso para as sociedades, bem como da necessidade de haver “uma base comum e um quadro de referência para a proteção e promoção dos direitos dos idosos, incluindo o contributo que podem e devem dar à sociedade” (cf. introdução da resolução).

Até há poucas décadas, a proporção da população idosa era relativamente reduzida. Nas últimas décadas o seu peso tem crescido significativamente. Entre 1980 e 2021 estima-se que a população idosa mundial tenha triplicado, passando de 210 para 761 milhões de pessoas. Nos próximos trinta anos a percentagem da população idosa mundial deve crescer de 10% para 17%.

O dia da pessoa idosa é necessário porque as nossas sociedades demonstraram não estar preparadas para lidar com o fenómeno da extensão da vida e da generalização do envelhecimento. As sociedades industriais desenvolveram-se em torno da ideia de três fases na vida, uma primeira dedicada à socialização e à educação, uma segunda, longa, ao trabalho na produção e à reprodução, e uma final, curta, a “terceira idade” de dependência.

Em tempos passados poucas pessoas chegavam a ser velhas ou muito velhas e quando o eram estavam muito debilitadas. Acresce que se enraizou um entendimento da velhice que era metaforizado numa ideia de regresso à infância, de perda de autonomia e de direitos, de lugar na sociedade e de respeito.

Em 1969, o médico Robert Butler escreveu um artigo em que inventava a palavra idadismo para descrever uma nova forma de intolerância, equiparável a outras formas de discriminação, segundo a qual as pessoas de meia idade tinham preconceitos contra os mais velhos, cuja estereotipação os levava a ver a situação dos mais velhos com desconforto e a associar a doença, incapacidade, falta de poder, inutilidade e morte¹.

A associação de fatores negativos com o envelhecimento está presente de modos diversos na nossa sociedade, criando um lugar social de velho que não é definido pelas determinantes biológicas do envelhecimento, mas pelo modo como os indivíduos e as estruturas sociais lidam com a velhice

O relatório da OMS sobre o idadismo² associa-o aos estereótipos, preconceitos e discriminação das pessoas com base na sua idade e identifica-o como prática que pode ser institucional, interpessoal ou contra si próprio.

Vencer o idadismo implica mudar a metáfora predominante sobre o envelhecimento e deixar de o ver como um processo de perda e de “regresso”, para o ver como uma etapa do contínuo progresso na realização pessoal. Por isso necessitamos de afirmar uma metáfora alternativa do envelhecimento como uma segunda vida adulta e ativa.

A realização dessa nova metáfora implica medidas de vários tipos, que o relatório da ONU sobre o idadismo sintetizou, e que implicam medidas legislativas e políticas que garantam que se torna real a proibição da discriminação que está contida no ordenamento jurídico. Implicam também medidas educativas que

ajudem a formar empatia com as pessoas de diversas idades. Nestas dimensões trata-se de aplicar à discriminação pela idade os mesmos princípios que aplicamos a outros fatores de discriminação social.

A redução do idadismo tem ainda uma dimensão específica de promoção do contacto intergeracional. Uma parte substancial dos contactos intergeracionais ocorrem no seio das famílias. É crescente a preocupação com a intergeracionalidade por parte de instituições que trabalham com pessoas idosas.

Importa promover uma política de desenvolvimento comunitário atenta à intergeracionalidade. As diferentes gerações convivem pouco no espaço público. A criação de estratégias participadas para o desenvolvimento dessa intergeracionalidade é um campo de trabalho bastante frutífero para quem se preocupe com coesão social e intervenha ao nível comunitário.

Este é um dos desafios do dia da pessoa idosa com que começa o mês de outubro. Este ano o tema escolhido para a celebração foi o de “cumprir as promessas da Declaração Universal dos Direitos Humanos para os idosos: entre gerações”.

A ONU exorta-nos a agir para aumentar o conhecimento da DUDH, a partilhar e aprender dos modelos intergeracionais de proteção dos direitos humanos e a analisar as nossas práticas de modo a integrar a abordagem do ciclo de vida na nossa ação, a reforçar a solidariedade entre gerações e as parcerias intergeracionais.

Para isso temos que imaginar novas formas de intergeracionalidade. Um excelente desafio para levar a sério no ano que começa a 1 de outubro.

¹ [Cf. Butler, R. N.(1969) Age-Ism: Another Form of Bigotry. The Gerontologist, Volume 9, Issue 4_Part_1, pp. 243–246,]

² [Disponível em <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55872>]

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Eça, Camilo – Vidas e Livros

1 – Foram há dias dadas por concluídas as obras de recuperação do velho Liceu de Alexandre Herculano, no Porto, restituindo aquelas centenárias instalações de palacete à sua finalidade educativa da juventude adolescente.

Na circunstância, o momento dessa devolução do Liceu (chama-se agora Escola Secundária) ao usufruto da comunidade educativa mereceu a presença do Primeiro-Ministro, que teve direito a mais uma manifestação dos professores, em defesa da escola pública - embora a agenda reivindicativa verse mais sobre o estatuto remuneratório do que sobre os programas e as aprendizagens.

Foi o Liceu onde estudei, do 1º ao 7º ano - o que corresponde, na estrutura do ensino actual, aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e aos 10º e 11º anos do ensino secundário.

Muito do que sou hoje é devedor desses sete anos que passei nas instalações centenárias do Liceu de Alexandre Herculano: até este papel de escrevedor de crónicas na imprensa foi inaugurado nas páginas do “Prelúdio” - o jornal do Liceu que conheceu os meus primeiros textos publicados.

E ainda hoje, passados mais de 50 anos sobre a data em que terminei o liceu, o Alexandre Herculano constitui o espaço onde pontualmente exerço um dos meus principais direitos.

É aí que funciona a minha assembleia de voto, dever que cumpro religiosamente, lembrado do tempo em que esse direito nos estava vedado.

O Liceu fica situado numa das pontas da Avenida Camilo, topónimo em homenagem ao prolífico escritor portuense, Camilo Castelo Branco, cujo busto ornamenta o início da Avenida, junto ao Campo 24 de Agosto.

O busto já lá está pelo menos desde 1962, ano que comecei o liceu.

Não sei como está hoje; mas, no tempo em que o frequentei, o liceu tinha uma biblioteca magnífica, lembrando aquelas bibliotecas que aparecem nos filmes ingleses, em casas da aristocracia ou nos clubes.

Era então responsável pela biblioteca o Dr. Cruz Malpique, formado em Letras e em Direito, bibliófilo, escritor e professor de Português da juventude inquieta.

Ao que lembro, encontravam-se afixados no salão da biblioteca alguns letrados com escritos alusivos à solenidade do lugar e que procuravam inculcar comportamentos adequados dos alunos leitores: aforismos, ditados...

Talvez induzido pela toponímia associada ao Liceu - Avenida Camilo -, recordo uns dizeres, que creio terem sido da autoria do próprio Dr. Cruz Malpique, que eram mais ou menos do seguinte teor: “Não escrevas nas margens dos

livros: a não ser que sejas um Camilo; mas nota bem, um Camilo; não um camelo...”

Creio que esta evocação é ajustada a este mês em que escrevo, muito marcado por cenas à volta de escritores e literatura - desde a polémica sobre a estátua de Camilo, colocada há 11 anos junto à Cadeia da Relação, onde esteve preso e que o Presidente da Câmara do Porto quis e não quis remover do local onde se encontrava “posta em sossego”, até à trasladação de Eça de Queirós para o Panteão; e, para terminar, à tentação, que já se vai ensaiando entre nós, de reescrever segundo a ditadura woke os livros que compõem o nosso “corpus” literário, começando por corrigir desde já os desvios discriminatórios das falas do João da Ega, em “Os Maias”, de Eça de Queirós.

Segundo a lição do Dr. Cruz Malpique, só se pode reescrever um livro se o revisor for o Camilo.

2 - Já não sei se foi no exame final de Português do 7º ano, se foi em algum exercício escrito de avaliação da mesma disciplina durante o ano lectivo, mas o que recordo é de ter tido que imaginar e elaborar os termos de um debate entre Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós - um a defender o naturalismo romântico, outro em defesa do realismo.

Também não recordo com nitidez quem ganhou o debate. Mas creio que foi Eça de Queirós - na medida em que terá sido o critério do gosto a determinar o vencedor, e então as minhas preferências iam para Eça de Queirós, de quem tinha lido de enfiada todos os romances, numas férias, em detrimento dos romances de Camilo, de quem só lera “A Corja” e “Eusébio Macário”, que faziam parte do programa.

O pobre do Eça também se viu posto em bolandas pelo ar do tempo.

Mas foi pior do que com Camilo: com este, apenas se tratava de uma efígie; entre muitas, como a da Avenida Camilo, junto ao Campo 24 de Agosto; com Eça, trata-se dos próprios ossos.

Não ponho em causa, do ponto de vista jurídico, a decisão do Supremo Tribunal Administrativo, de acolher a pretensão do Parlamento, de transladar as ossadas de Eça de Queirós, do cemitério de Santa Cruz do Douro, em Baião, na província, para o Panteão de Santa Engrácia, em Lisboa, a capital.

O que me suscita reservas é a decisão política da Assembleia da República.

Tenho lido comentários de especialistas queirosianos, mais aconchegados ao poder, desmerecer os créditos do cemitério de Santa Cruz do Douro, invocando critérios biográficos: que Eça de Queirós só fora duas vezes a Santa Cruz do Douro, pelo que não seria o apelo telúrico a

justificar a manutenção das ossadas em Baião; e ainda que os romances de Eça de Queirós cuja acção se passava predominantemente no Douro - “A Ilustre Casa de Ramires” e “A Cidade e as Serras” - constituíam obras menores, com a agravante do se tratar de obras que haviam sido apropriadas pelo Regime de Salazar para o contraponto entre as virtudes da vida rural e os vícios da vida urbana.

(Vi isto escrito.)

Custa-me ver especialistas em Literatura acolherem-se à sombra do biografismo para explicar o que não tem acolhimento no exame dos textos - que são as verdadeiras fontes da análise.

Pode ser que Eça de Queirós tenha vindo apenas duas vezes a Santa Cruz do Douro, à sua imaginada Tormes.

Mas não é por isso que os seus dois livros referidos deixam de remeter profusamente para referência geográficas ligadas a Baião - e a Resende ou Cinfães, da outra margem do Rio Douro, em frente a Baião.

Ramires é uma freguesia de Cinfães, sendo a Casa dos Mendes Ramires, segundo a tradição, a Torre da Lagariça, em S. Cipriano, Resende - a cuja Casa, a dos Condes de Resende pertencia a mulher de Eça de Queirós.

E o André Cavaleiro, amigo-inimigo de Gonçalo Mendes Ramires, era governador civil de Oliveira - que remete para Oliveira do Douro, freguesia ribeirinha do concelho de Cinfães, pegada ao concelho de Resende e fronteira a Tormes.

E mesmo o mais cosmopolita romance de Eça, “Os Maias”, não esquece que é na província, no Douro, o lugar de refúgio dos Maias, para retemperar o corpo a alma das malfeitorias da capital.

Santa Olávia, onde Afonso da Maia se refugiou durante a Regeneração, e onde Carlos da Maia foi criado na juventude - e cujas virtudes Eça contrapõe aos desvios da corte lisboeta - Santa Olávia fica em Resende.

No “Público” de hoje, 1 de Outubro, um cronista ocasional, Paulo Reis Mourão, escreve que “...a trasladação de Eça... é mais uma evidência de um fluxo da periferia para o centro. Portanto, o centralismo ainda vinga em Lisboa.”

Também me parece!

Dia Internacional do Idoso e da Música na Santa Casa da Misericórdia de Bragança

De forma a assinalar o Dia Internacional do Idoso e da Música, que se comemorou no dia 1 de outubro, a Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) da Santa Casa da Misericórdia de Bragança (SCMB) organizou um dia ao ar livre com os utentes, no Parque de Merendas da aldeia de Gimonde.

Um dia diferente numa paisagem única e com várias atividades diferenciadoras. Estiveram envolvidos cerca de 80 residentes das três Estruturas Residenciais da instituição e ainda do Serviço de Apoio Domiciliário. Uma atividade integradora em que participaram não só utentes autónomos, mas também com vários

níveis de dependência.

“Fazemos questão que participe o maior número de idosos, porque é uma data muito especial para nós”, explicou o provedor da SCMB, Eleutério Alves, lembrando ainda que, comemorar o Dia Internacional do Idoso, “é também uma forma de lembrar os direitos dos idosos nos restantes dias do ano”.

Muitos dos presentes aproveitaram para conhecer melhor todos os encantos desta bonita aldeia de Bragança e até conhecer e conviver com alguns habitantes. O dia foi passado em diversas atividades e em grande convívio entre seniores, colaboradores, Direção e Mesa Administrativa.

No caminho que a instituição segue, este tipo de atividades de lazer e de envolvimento com a Natureza traz enormes benefícios para o bem-estar da pessoa idosa, como, por exemplo, a reposição dos níveis de serotonina, um neurotransmissor que atua no cérebro e que contribui para a boa-disposição e felicidade.

As Nações Unidas instituíram, em 1991, o dia 1 de outubro para, anualmente, se assinalar o Dia Internacional do Idoso como uma oportunidade para destacar a importância da sua contribuição para a sociedade, bem como consciencializar a sociedade para as oportunidades e desafios do envelhecimento no nosso tempo.

APPACDM DE VILA NOVA DE GAIA

Celebração do 50º aniversário prosseguiu com o seminário «Inclusão e Capacitação na Deficiência»

No âmbito das comemorações do 50º aniversário da APPACDM de Vila Nova de Gaia, no passado dia 15 de setembro, no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, realizou-se o seminário «Inclusão e Capacitação na Deficiência», que contou, entre outras personalidades, com a presença da secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, e do presidente da Câmara Municipal de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues.

No primeiro painel, cujo tema foi «Transição para a Vida Ativa», as intervenções estiveram a cargo da diretora do AE Sophia de Mello Breyner, Elisa Cidade, e do presidente da ANDAEP, Filinto Lima.

O segundo painel permitiu uma reflexão sobre os novos desafios do CACI (Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão). Este



painel contou com a participação da presidente da Humanitas, Helena Albuquerque, da diretora-adjunta da Segurança Social – Centro Distrital do Porto, Rosário Loureiro, e do vice-presidente da UDIPSS Porto, padre Manuel Silva.

Por fim, Ana Silva, Mónica Lopes e Sofia Pinho, terapeutas ocupacionais da APPACDM de Vila Nova de Gaia, abordaram o papel da

terapeuta ocupacional no percurso das pessoas com deficiência.

Um tempo antes, João Miguel Gonçalves, utente da APPACDM de Gaia, integrado no quarteto de ténis de mesa que representou Portugal nos Europeus de Síndrome de Down, sagrou-se tricampeão da Europa.

Portugal sagrou-se pela terceira vez consecutiva campeão da Europa de ténis de mesa por equipas nos campeonatos continentais SUDS para atletas com síndrome de Down.

No ténis de mesa, o quarteto composto por João Soldado Gonçalves, João Oliveira, João Miguel Gonçalves e Pedro Azevedo fez o pleno de vitórias na competição, vencendo a Turquia por 3-1, a Itália e a República Checa, ambas por 3-0, sagrando-se campeão por equipas, pela terceira vez consecutiva.

PRÉMIO BPI CAPACITAR

Mais de um milhão de euros para apoiar 31 projetos em prol da inclusão de quem tem deficiência

No âmbito da 14ª edição do Prémio BPI Capacitar, foram distinguidos 31 projetos de instituições privadas sem fins lucrativos que, globalmente, vão receber um apoio de 1.072.820 euros.

As candidaturas vencedoras receberam, cada uma, em média, mais de 34.600 euros e vão apoiar, no total, mais de 2.000 pessoas em situação de vulnerabilidade.

Os projetos distinguidos pretendem dar respostas a necessidades sociais prementes, nomeadamente: o aumento da empregabilidade; o apoio a terapias especializadas para tratar ou retardar avanços da incapacidade e promoção de serviços ao domicílio ou de teleassistência; ações de apoio aos cuidadores; apoio psicossocial às pessoas com deficiência e transtorno mental no seu contexto familiar e relacional; e iniciativas que promovam a autonomia,

nomeadamente atividades desportivas, artísticas e de entretenimento.

O Prémio Capacitar, promovido pela Fundação «la Caixa», tem como finalidade apoiar projetos que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, doença mental ou outras doenças, bem como das suas famílias, com especial atenção para a autonomia, a empregabilidade e o bem-estar.

Na sua última versão, o relatório “Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2022”, do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH-ISCSP), indica que, em 2021, quase um terço (30,5%) das pessoas com deficiência encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social. Um número que contrasta com os 18,8% de pessoas sem deficiência da mesma idade (16-64 anos) em risco de pobreza.

O Prémio Capacitar pretende, assim, apoiar o trabalho das entidades do terceiro sector, através do financiamento de projetos destinados a promover a melhoria da qualidade de vida, a empregabilidade e a autonomia de pessoas com deficiência ou doença mental.

Todas as candidaturas que cumpriram os requisitos do Regulamento foram objeto de avaliação técnica e, posteriormente, as mais pontuadas foram submetidas a exame complementar por um grupo de mais de seis dezenas de avaliadores colaboradores e reformados do BPI, em regime de voluntariado, uma prática exemplar e inovadora que enriquece o processo de avaliação e o processo de humanização do Banco. A seleção final dos projetos foi realizada por um júri que analisou as candidaturas e fez uma avaliação criteriosa dos projetos e das linhas de ação estabelecidas.

DIA 24 DE OUTUBRO, NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CNIS convoca todas as instituições para debater a complementaridade entre a Saúde e Ação Social nas respostas residenciais

D.R.

A CNIS está a promover o seminário «Complementaridade entre as áreas da Saúde e da Ação Social nas Respostas Sociais de Acolhimento», que decorrerá, no próximo dia 24 de outubro, no Auditório da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O seminário, cujo programa será oportunamente divulgado, sabendo-se que ocupará todo o dia, tem como público-alvo dirigentes e técnicos das respostas sociais de acolhimento.

Os grandes objetivos que a CNIS pretende alcançar com a realização deste evento são: refletir sobre a prestação de cuidados nas respostas sociais de acolhimento residencial (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Casas de Acolhimento, Centros de Apoio à Vida, Centros de Alojamento Temporário e Residências de Autonomia para a Inclusão, entre outras); definir os caminhos operacionais para implementação das políticas públicas definidas; e identificar metodologias de articulação entre as IPSS, a Segurança Social e a Saúde de forma a assegurar cuidados individualizados e integrados que respondam às necessidades dos utentes em todos os domínios, garantindo uma intervenção holística.

A inscrição é gratuita, mas obrigatória.



CENTRO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE SÃO JOÃO DE VER – O ABRIGO, SANTA MARIA DA FEIRA

ERPI Porto de Abrigo distinguida com o primeiro Selo Humanidade em Portugal

O Abrigo, em Santa Maria da Feira, é a primeira instituição em Portugal a receber o Selo Humanidade, uma distinção internacional que reconhece as práticas diferenciadoras nos cuidados prestados, na organização e no funcionamento do lar de idosos.

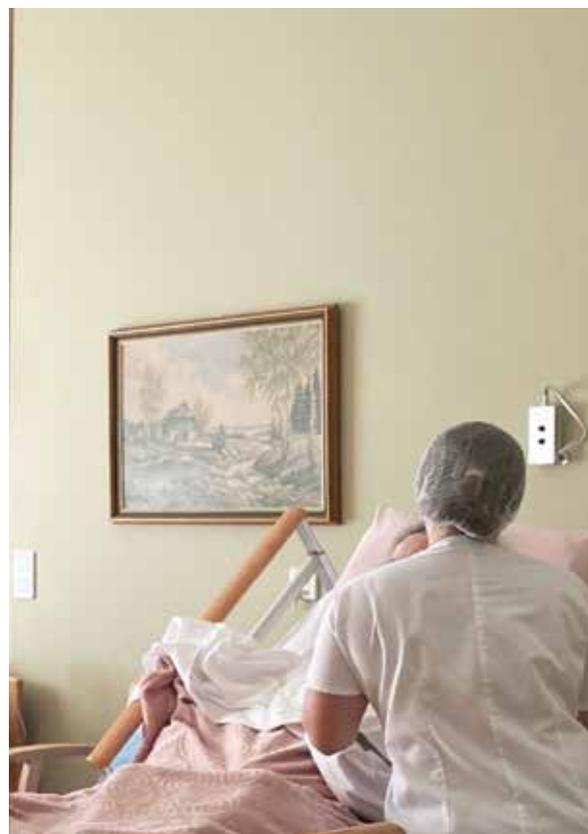
Com este reconhecimento, O Abrigo valida a sua missão de prestar cuidados a pessoas idosas, baseados na ternura, demonstrando que é possível um lar de idosos ser um lugar de vida.

Desde 2014, O Abrigo adotou práticas que orientam a atuação dos profissionais, baseadas na metodologia Gineste-Marescotti e na filosofia de cuidados Humanidade, que privilegiam intervenções não-farmacológicas no controlo e redução de Comportamentos de Agitação Patológica, fornecendo técnicas específicas que melhoram a qualidade de vida da pessoa cuidada e dos cuidadores.

Nove anos depois, o lar de idosos regista 99% de aceitação dos cuidados por parte dos utentes, significando que apenas 1% expressa agitação e recusa nos cuidados.

Este modo de cuidar no envelhecimento, cujos lemas são «O toque ternura» e «Viver e morrer de pé», tem produzido mudanças assinaláveis, evidenciando-se como uma ferramenta eficaz na promoção da qualidade e da humanização dos cuidados de saúde.

No relatório da auditoria, realizada pelo Instituto Gineste-Marescotti Portugal, que resultou na atribuição do Selo Humanidade, é referida “a graciosidade da equipa na prestação de cuidados” e “Os gestos das cuidadoras parecem fáceis e espontâneos, mas, revelam treino e profissionalização: são delicados, precisos e eficazes”.



Neste documento é também enaltecida a “docibilidade ambiental”. “O som, o cheiro, os espaços e o ambiente são harmoniosos, agradáveis e estimulam sensorialmente de uma forma positiva as pessoas que vivem e trabalham nesta casa”, lê-se ainda.

São ainda destacados os procedimentos de trabalho que “garantem que a casa é organizada sem haver sobreposição das tarefas às necessidades e bem-estar das pessoas cuidadas”.

Além da prestação de cuidados com a grelha de captura sensorial, a auditoria avaliou dimensões relacionadas com: a vida da casa; procedimentos de trabalho; ocupação do tempo; cuidados de alimentação; registos; e dinâmica de funcionamento.

“A prestação de cuidados diferenciadores é extremamente exigente, mas é possível. É um orgulho enorme para a nossa equipa termos a validação externa e internacional de que o trabalho que desenvolvemos todos os dias respeita as pessoas de quem cuidamos. Este Selo é uma garantia de qualidade que aumenta o compromisso com o trabalho que desenvolvemos, confirma que estamos no bom caminho para garantir a dignidade nos cuidados a pessoas idosas e pode também aumentar a segurança das famílias na escolha de um lar. Estou convicta de que este é um passo muito importante para a mudança organizacional dos lares de idosos em Portugal. Este é o tempo para que esta mudança se faça sentir”, refere Alexandra Silva, diretora-técnica do Centro de Solidariedade Social de São João de Ver - O Abrigo.

O Abrigo é uma IPSS, sediada em São João de Ver, concelho de Santa Maria da Feira, que presta a resposta social de ERPI, «Porto de Abrigo», Centro de Dia e Creche. A instituição presta ainda Serviço de Apoio Domiciliário e tem um projeto de voluntariado («Felizidade») para ajudar a cuidar dos idosos e das suas famílias. As suas boas-práticas têm sido distinguidas com prémios e são estudo de caso em universidades e centros de investigação. Atualmente, O Abrigo acolhe 108 idosos e tem uma equipa de 56 trabalhadores.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PARA FAZER FACE AO AUMENTO DE CUSTOS

Governo aumenta em 20% apoio ao investimento em equipamentos sociais

O investimento em equipamentos sociais vai ter um reforço do financiamento público de 20%. Este aumento pretende fazer face ao aumento dos custos de mão-de-obra e materiais.

As verbas destinadas ao investimento em equipamentos sociais em Portugal vão ter um reforço de financiamento público de 20%, anunciou o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Em comunicado divulgado, o governo anunciou um “reforço financeiro de 20% para fazer face ao agravamento das despesas com mão-de-obra e materiais” bem como o aumento do adiantamento das verbas dos projetos já aprovados de 20% para 30%.

A requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais vai ter um reforço de 20% em cada projeto sobre o respetivo investimento público aprovado”, pode ler-se no comunicado.

Segundo a tutela, “trata-se de um reforço financeiro às Instituições para fazer face ao aumento dos custos relacionados com a contratação de mão-de-obra e a subida dos preços dos materiais de construção”.

Este reforço consta da republicação dos quatro avisos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) lançados anteriormente em projetos de requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais.



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995



Há 28 anos a prestar serviços na área da informática com largos anos de experiência e centenas de clientes satisfeitos.

+ de 900 clientes

+ de 40 aplicações

28 ANOS DE PROFISSIONALISMO

- Serviço completo e personalizado
- Garantia de satisfação.
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota

ENCONTRE-NOS EM www.tsr.pt

TELEFONE (+351) 253 408 326
 Chamada para Rede Fora Nacional
 TELEMÓVEL (+351) 939 729 729
 Chamada para a Rede Móvel Nacional
 EMAIL: tsr@tsr.pt



FUNDO AMBIENTAL ABRE CANDIDATURAS

Seis milhões de euros para carregadores elétricos nas Instituições Sociais

D.R.

O Fundo Ambiental vai apoiar com seis milhões de euros a instalação de carregadores de veículos elétricos por parte de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), segundo aviso publicado em Diário de República.

De acordo com um comunicado do Ministério do Ambiente sobre o aviso agora publicado, cada candidatura tem uma dotação máxima de 40.000 euros e a apresentação de candidaturas decorre até 20 de dezembro.

O aviso do Fundo Ambiental, “Instalação de Postos de Carregamento de Veículos Elétricos para a Mobilidade Verde Social”, complementa o apoio prestado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, de aquisição de viaturas 100% elétricas para IPSS.



RELATÓRIO DE ATIVIDADE DO CONSELHO NACIONAL

Número total de adoções continua a diminuir

O total de adoções em 2022 diminuiu para 173, face às 185 de 2021, houve 14 crianças devolvidas pelos adotantes e mantém-se próximo dos sete anos o tempo de espera para adotar uma criança, segundo dados oficiais.

De acordo com o Relatório de Atividades de 2022 do Conselho Nacional para a Adoção (CNA), a redução no número de adoções desce para metade, se forem tidos em conta os números de 2016, quando se registaram 361 adoções, e dá continuidade a uma tendência de queda desde 2019, quando houve 206 adoções.

A preferência dos candidatos continua a recair em crianças até aos seis anos, saudáveis ou com problemas de saúde ligeiros e que possam ser adotadas sozinhas, sem irmãos, um “fator de preocupação” para o CNA, que aponta o “número considerável de crianças que transitam de ano para ano”, a aguardar adoção, e que são as que têm mais de sete anos, problemas de saúde graves ou deficiência.

Ainda assim, o CNA salienta que em 2022 houve 45 propostas de adoção de crianças entre os sete e os 15 anos.

Em 2022 registaram-se 14 processos de adoção interrompidos, quatro durante o período de transição - passagem da casa ou família de acolhimento para a família adotante - e 10 no período de pré-adoção, quando a criança já se encontra a viver com a família adotiva.

Entre as razões apontadas estão “falta de empatia para com a criança e para com a dificuldade que apresenta em expressar as emoções”, expectativas idealizadas em termos de demonstrações afetivas, atitudes de inflexibilidade e preconceitos face a “comportamentos mais desafiantes (pequenos furtos, mentiras, comportamentos sexualizados, agressividade)”.

O CNA aponta uma “inversão de tendência” que se registava desde 2018, com um aumento de devoluções em 2022, mas ainda assim sublinha que



“das 14 situações de interrupção comunicadas em 2022, 10 tiveram novo encaminhamento e, destas, a maioria já se encontra reintegrada em família adotiva, em alguns casos com adoção decretada”.

Em 2022 apenas 15 candidaturas tiveram que esperar um ano ou menos pela adoção, mantendo-se um tempo de espera médio entre os seis e os sete anos, o que leva o CNA a recomendar uma adequação das candidaturas ao perfil de crianças em adoção, sublinhando que o elevado tempo de espera tem consequências também na motivação dos candidatos.

“A experiência demonstra que o desfasamento temporal entre a certificação da idoneidade para adotar e o momento da integração de uma criança, apesar das sucessivas reavaliações, pode ter um impacto negativo no sucesso da adoção, quer ao nível do esmorecimento da motivação, quer no que respeita à capacidade de adaptação das famílias às alterações resultantes da integração de uma criança”, aponta o CNA.

O CNA recomenda algumas medidas tendo por base experiências noutros países: “A título de exemplo, a fixação de quotas para novas

candidaturas à adoção de crianças até aos seis anos, o lançamento de campanhas para captação de candidatos à adoção de crianças a partir dos sete anos, entre outras estratégias”. Para evitar processos de interrupção de adoções, o CNA recomenda “para além do reforço da preparação das famílias para os desafios da adoção, o prolongamento dos períodos de transição, permitindo pausas para descanso e reflexão entre os momentos de conhecimento e ajustamento recíproco das crianças e dos adotantes e idêntico reforço no que respeita a um consistente acompanhamento das famílias em pré-adoção”.

O relatório do CNA adianta que em 2022 foram constituídas pela adoção 157 famílias, “sendo que 21 já tinham aceite a proposta de criança em 2021” e “destas 157 famílias, cinco eram residentes no estrangeiro”, acrescentando que do total de crianças adotadas 60 foram adotadas com os irmãos.

Há ainda 33 famílias compostas por adoção do filho do cônjuge, um número inferior ao de 2021, o que o CNA admite poder estar relacionado com a guerra na Ucrânia e com a quebra de contratos para maternidade de substituição naquele país.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Apesar dos erros, são preferíveis os bancos centrais independentes

O Banco Central Europeu (BCE) voltou a subir as taxas de juro na reunião de setembro. Desde o início deste ciclo de aperto monetário o BCE aumentou as taxas de juro de referência em 450 pontos base.

Do outro lado do Atlântico a Reserva Federal (FED) optou por manter as taxas de juro de referência (depois de um ciclo de aumentos de 525 pontos base em ano e meio), contudo, o presidente da FED, Jay Powell, teve o cuidado de esclarecer que a pausa não poderia ser entendida como sinal de fim de ciclo – novas subidas podem ser necessárias.

O que é talvez mais surpreendente por estes dias é a mudança na comunicação dos bancos centrais, vemos um notório tom de humildade a que não estávamos habituados, a não mais que um passo de uma confissão de impotência.

O presidente da FED recorreu a uma metáfora poderosa dizendo que a política monetária dos nossos dias é como navegar pelas estrelas numa noite com nuvens. Dito de outro modo – estamos perdidos e não podemos fazer mais que navegar à vista da costa.

Um outro elemento novo, que de alguma forma prenuncia um fim de ciclo, é o facto de as últimas decisões dos grandes bancos centrais terem sido tomadas por maiorias curtas. Longe vão os tempos das certezas e da unanimidade.

Este último incremento das taxas de juro na Europa foi muito discutido.

Em parte, porque ao contrário dos aumentos anteriores – que antecipadamente foram dados como quase certos – este parecia poder cair para qualquer lado.

No entanto, o aspeto porventura mais informativo do debate é que chegámos aquele ponto em que a linha que separa institucionalmente a política monetária das restantes decisões políticas fica necessariamente esbatida.

Não é por acaso que a decisão sobre as taxas de juro não cabe aos governos. Aprendemos com a última crise inflacionária que a política monetária deve ser decidida por um corpo de profissionais, independente dos governos. Ao contrário dos políticos profissionais, os banqueiros centrais não têm de ir a votos nas próximas eleições e podem decidir com base em critérios supostamente técnicos. Estão, por isso, em condições de tomar

medidas impopulares, dar más notícias quando necessário, coisas que os políticos dificilmente podem fazer.

Naturalmente que a irrepreensível lógica deste modelo institucional se baseia num pressuposto, ou seja, que os banqueiros centrais dispõem de modelos teóricos de compreensão da realidade que lhes permitem em cada situação tomar as medidas certas, isto é, que podem governar com base em medidas técnicas em vez das sensibilidades sempre controversas da política geral.

Contudo, quando a realidade teima em não encaixar nos modelos e os próprios banqueiros centrais confessam que estão mais ou menos perdidos e a navegar à vista, faz ainda sentido o modelo institucional da política monetária?

Muitos políticos contestaram esta última subida das taxas de juro pelo BCE, entre eles o nosso ministro das finanças.

O argumento do Dr. Medina é imaculado. Uma vez que estamos numa situação de grande incerteza em que não é possível antecipar totalmente os efeitos das subidas das taxas de juro, o que podemos fazer é apenas avaliar os riscos das alternativas. Na ótica do Dr. Medina os riscos associados a subir as taxas de juro – abrandamento económico ou mesmo recessão – são maiores que os riscos de não as aumentar – inflação mais alta ou mais duradoura.

Sendo assim, se os banqueiros centrais não nos podem garantir uma leitura “técnica” indiscutível da situação, se não podem assegurar decisões com base em critérios objetivos e independentes de sensibilidades políticas, se estão a decidir com o mesmo grau de incerteza dos políticos profissionais, então coloca-se a pergunta: incerteza por incerteza não é melhor que decidam os governos democraticamente eleitos porque sobre esses temos, pelo menos, o escrutínio democrático e a possibilidade de os despedir nas próximas eleições?

O argumento pode ser tentador, mas é, do meu ponto de vista, improcedente.

Desde logo porque os exemplos que temos de países onde o governo manda no banco central são tudo menos recomendáveis.

A Turquia, sob o governo autocrático de Erdogan, colocou a política monetária ao serviço das ambições eleitoralistas do regime, fazendo

descer as taxas de juro em tempos de inflação galopante. Os resultados foram os que se anteviam – a inflação disparou, a lira caiu a pique e agora, depois das eleições, uma nova equipa económica tenta colar os cacos de uma política desastrosa e, aos poucos, reganhar a confiança dos investidores internos e externos. Pelo caminho ficam custos colossais e sofrimento evitável do povo turco.

Depois porque, mesmo que em momentos de grande incerteza não seja possível fundamentar de forma inequívoca as decisões dos bancos centrais, é sempre preferível que essas decisões estejam ao abrigo da luta político partidária.

Não consigo imaginar como teria sido possível combater este ciclo inflacionista com decisões sobre taxas de juro tomadas por governos democráticos, sempre sujeitos à controvérsia político partidária, ao sabor dos altos e baixos da opinião pública, sempre com um olho nas medidas a tomar e outro nos números das sondagens eleitorais.

O atual modelo institucional da independência dos bancos centrais é uma aquisição dos modernos estados democráticos que não deve ser posta em causa.

Obviamente que, como qualquer instituição, o banco central está sujeito a escrutínio democrático e pode e deve ser criticado quando erra.

Neste espaço de crónica tenho sido muito crítico dos bancos centrais. Mas o meu ponto não é que sejam independentes demais, pelo contrário, a minha crítica é que, com o tempo, foram ficando muito parecidos com os políticos, muito preocupados com a sua popularidade em vez de se assumirem como instituições baseadas em regras e em mandatos que é necessário executar mesmo quando isso não gera muitos “likes” nas redes sociais.

Como compreender, de outra forma, que os bancos centrais tenham inicialmente classificado de “transitório” o ciclo inflacionista que agora nos atormenta? Mesmo quando já era evidente para os mais realistas que o risco de uma inflação autoalimentada estava diante dos olhos?

A solução não está em menos independência. A solução está em dirigentes fortes, idealmente sem passado político, com um curriculum académico e/ou profissional impoluto. Se quisermos, na FED, mais Ben Bernanke e menos Jay Powell e, no BCE, mais Mario Draghi e menos Christine Lagarde.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

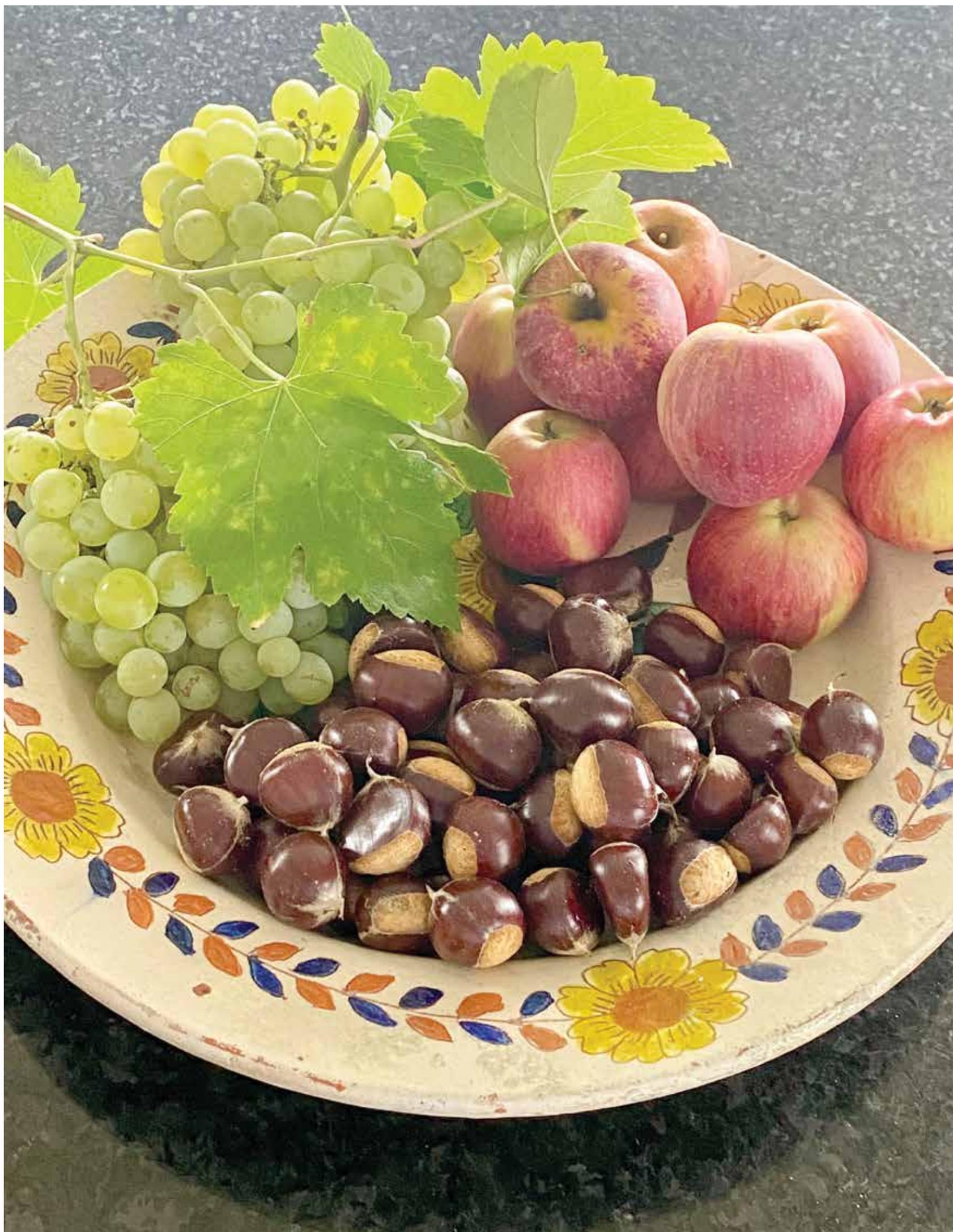
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Natureza morta

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Idosos vítimas de maus tratos têm mais doença física e mental

Um estudo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP) revelou que os idosos vítimas de maus tratos apresentam mais doença física e mental, algo “assustador” que para os investigadores deve servir de “alerta” aos profissionais de saúde.

A professora da FMUP Teresa Magalhães, também investigadora do Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS), disse que os dados “assustadores” deste estudo “devem servir de alerta aos profissionais de saúde para que estes estejam sensíveis, detetem casos e previnam a violência”.

A equipa de investigadores analisou os registos de mais de 68.000 adultos com idade igual ou superior a 60 anos atendidos na Unidade de Saúde Local de Matosinhos (ULSM), no distrito do Porto, incluindo atendimento em hospital, quer em contexto de urgência quer em internamento, bem como nos centros de saúde.

O estudo incidiu em duas décadas de 2001 a 2021 e os investigadores encontraram 3.092 “supostas vítimas de violência”, o que corresponde a 4,5%.

Por “supostas vítimas” a equipa entende pessoas que, por terem descrito situações ou por terem apresentado sinais, levaram os médicos que as assistiram a assinalar no registo palavras que apontam para suspeitas de violência.

“Nos casos em que os médicos usaram qualquer termo que remete para situações de violência, as pessoas são muito mais doentes, têm muitas mais patologias do que a restante população. Só estamos no campo das suspeitas, nem estamos no campo das certezas, e já verificamos que, nesse grupo, as patologias e fatores de risco aparecem com números muitíssimo maiores do que no restante da população com a mesma idade”, lamentou Teresa Magalhães.

O trabalho, que foi publicado no Journal of Clinical Medicine e coordenado por Tiago Taveira-Gomes, indica que as supostas vítimas são sobretudo mulheres (56,6%), pessoas mais velhas (76 anos em média), mais pobres, com maiores taxas de consumo de álcool e com mais problemas de saúde, “embora não se possa afirmar se estas são causas ou consequências da exposição à violência”, lê-se no resumo.

Os investigadores salientam que, entre as supostas vítimas, as lesões traumáticas, como fraturas e as feridas superficiais, são 1,4 a 1,5 vezes superiores.

Também as intoxicações, as doenças psiquiátricas, a ideação suicida e o consumo de medicação são mais frequentes do que na população geral.

Segundo os investigadores da FMUP, “a exposição continuada aos maus-tratos está associada a uma hiperativação crónica do eixo hipotálamo-pituitário-adrenal, que regula a resposta ao stress”.

Isto porque “a sua desregulação resulta em mais inflamação, alterações hormonais, disrupção do sistema neuroendócrino e autoimune e, adicionalmente, pode espoletar doenças genéticas ou latentes”

“Uma ida ao serviço de urgência representa uma oportunidade única, mas geralmente perdida, para identificar estas vítimas de maus tratos e de iniciar uma intervenção. Esta pode ser a única vez em que os mais velhos vulneráveis e isolados saem de casa”, lê-se no resumo, enquanto Teresa Magalhães defende a criação de uma espécie de medicina de violência.

“É preciso detetar os casos, prevenir a violência (...). O nosso sistema de saúde não está preparado, mas devia estar”, frisou.

Avançando que a FMUP pretende trabalhar em breve com mais ULS de forma a aprofundar este tema, Teresa Magalhães disse que a equipa “não vai parar porque em causa está algo demasiado sério e grave para se cruzar os braços”.

Em Portugal, a violência intrafamiliar e a violência perpetrada por um cuidador são consideradas crimes públicos, não dependendo de queixa das vítimas.

Os profissionais de saúde, bem como os funcionários públicos, são legalmente obrigados a reportar as suspeitas de crime de que tenham tomado conhecimento no exercício ou por causa das funções que desempenham.

Neste estudo participaram investigadores da FMUP, CINTESIS@RISE, ICBAS, Universidade Fernando Pessoa, CESPU, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e USF Caravela, da ULSM.

D.R.



Lavandarias Profissionais IPSS



 milplus

Parceiro Oficial
 Miele

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt – www.milplus.pt